



ESTATUTO DA CARREIRA DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA E DOS PROFESSORES DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

Versão Consolidada e Anotada

[Decreto-lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 105/97, de 29 de abril, 1/98, de 2 de janeiro, 35/2003, de 17 de fevereiro, 121/2005, de 26 de julho, 229/2005, de 29 de dezembro, 224/2006, de 13 de novembro, 15/2007, de 19 de janeiro, 35/2007, de 15 de fevereiro, 270/2009, de 30 de setembro, 75/2010, de 23 de junho, 41/2012, de 21 de Fevereiro, e 146/2013, de 22 de outubro, e pelas Leis n.ºs 80/2013, de 28 de novembro, e 12/2016, de 28 de abril (anotações pessoais destacadas a azul)]

Vítor Godinho

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1—O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, adiante designado por Estatuto, aplica-se aos docentes, qualquer que seja o nível, ciclo de ensino, grupo de recrutamento ou área de formação, que exerçam funções nas diversas modalidades do sistema de educação e ensino não superior, e no âmbito dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência.

2—O presente Estatuto é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, aos docentes em exercício efectivo de funções em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob tutela de outros ministérios.

3—Os professores do ensino português no estrangeiro bem como os docentes que se encontrem a prestar serviço em Macau ou em regime de cooperação nos países africanos de língua oficial portuguesa ou outros regem-se por normas próprias.

NOTAS:

Sobre o âmbito de aplicação, atente-se no artigo 17º do DL 75/2010, de 23 de junho, que refere:

"Artigo 17.º

Extensão

As disposições constantes do presente decreto-lei são igualmente aplicáveis, com as devidas adaptações, aos educadores de infância ainda integrados nos mapas de pessoal dos serviços centrais e periféricos do Ministério da Educação."

Artigo 2.º

Pessoal docente

Para efeitos de aplicação do presente Estatuto, considera-se pessoal docente aquele que é portador de habilitação profissional para o desempenho de funções de educação ou de ensino, com carácter permanente, sequencial e sistemático, ou a título temporário, após aprovação em prova de avaliação de conhecimentos e capacidades.

NOTAS:

A parte final deste artigo, relativa à prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, foi declarada inconstitucional pelo Acórdão n.º 509/2015, de 13 de outubro, do TC.

Artigo 3.º
Princípios fundamentais

A actividade do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa e no quadro dos princípios gerais e específicos constantes dos artigos 2.º e 3.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

CAPÍTULO II
Direitos e deveres

SECÇÃO I
Direitos

Artigo 4.º
Direitos profissionais

1—São garantidos ao pessoal docente os direitos estabelecidos para os funcionários e agentes do Estado em geral, bem como os direitos profissionais decorrentes do presente Estatuto.

2—São direitos profissionais específicos do pessoal docente:

- a) Direito de participação no processo educativo;
- b) Direito à formação e informação para o exercício da função educativa;
- c) Direito ao apoio técnico, material e documental;
- d) Direito à segurança na actividade profissional;
- e) Direito à consideração e ao reconhecimento da sua autoridade pelos alunos, suas famílias e demais membros da comunidade educativa;
- f) Direito à colaboração das famílias e da comunidade educativa no processo de educação dos alunos.
- g) Direito à negociação colectiva nos termos legalmente estabelecidos.

Artigo 5.º
Direito de participação no processo educativo

1—O direito de participação exerce-se no quadro do sistema educativo, da escola e da relação com a comunidade.

2—O direito de participação, que pode ser exercido a título individual ou colectivo, nomeadamente através das organizações profissionais e sindicais do pessoal docente, compreende:

- a) O direito a emitir opiniões e recomendações sobre as orientações e o funcionamento do estabelecimento de ensino e do sistema educativo;

b) O direito a participar na definição das orientações pedagógicas ao nível do estabelecimento de ensino ou das suas estruturas de coordenação;

c) O direito à autonomia técnica e científica e à liberdade de escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados, no respeito pelo currículo nacional, pelos programas e pelas orientações programáticas curriculares ou pedagógicas em vigor;

d) O direito a propor inovações e a participar em experiências pedagógicas, bem como nos respectivos processos de avaliação;

e) O direito de eleger e ser eleito para órgãos colegiais ou singulares dos estabelecimentos de educação ou de ensino, nos casos em que a legislação sobre a sua gestão e administração o preveja.

3—O direito de participação pode ainda ser exercido, através das organizações profissionais e sindicais do pessoal docente, em órgãos que, no âmbito nacional, regional autónomo ou regional, prevejam a representação do pessoal docente.

Artigo 6.º

Direito à formação e informação para o exercício da função educativa

1—O direito à formação e informação para o exercício da função educativa é garantido:

a) Pelo acesso a acções de formação contínua regulares, destinadas a actualizar e aprofundar os conhecimentos e as competências profissionais dos docentes;

b) Pelo apoio à autoformação dos docentes, de acordo com os respectivos planos individuais de formação.

2—Para efeitos do disposto no número anterior, o direito à formação e informação para o exercício da função educativa pode também visar objectivos de reconversão profissional, bem como de mobilidade e progressão na carreira.

Artigo 7.º

Direito ao apoio técnico, material e documental

O direito ao apoio técnico, material e documental exerce-se sobre os recursos necessários à formação e informação do pessoal docente, bem como ao exercício da actividade educativa.

Artigo 8.º

Direito à segurança na actividade profissional

1—O direito à segurança na actividade profissional compreende:

a) A prevenção e redução dos riscos profissionais, individuais e colectivos, através da adopção de programas específicos dirigidos à melhoria do ambiente de trabalho e promoção das condições de higiene, saúde e segurança do posto de trabalho;

b) A prevenção e tratamento das doenças que venham a ser definidas por portaria conjunta dos Ministros da Educação e da Saúde, como resultando necessária e directamente do exercício continuado da função docente.

2—O direito à segurança na actividade profissional compreende ainda a penalização da prática de ofensa corporal ou outra violência sobre o docente no exercício das suas funções ou por causa destas.

NOTAS:

Continua por publicar a Portaria referida na alínea b) do n.º 1.

Artigo 9.º

Direito à consideração e à colaboração da comunidade educativa

1—O direito à consideração exerce-se no plano da relação com os alunos, as suas famílias e os demais membros da comunidade educativa e exprime-se no reconhecimento da autoridade em que o docente está investido no exercício das suas funções.

2—O direito à colaboração das famílias e dos demais membros da comunidade educativa compreende o direito a receber o seu apoio e cooperação activa, no quadro da partilha entre todos da responsabilidade pelo desenvolvimento e pelos resultados da aprendizagem dos alunos.

SECÇÃO II

Deveres

Artigo 10.º

Deveres gerais

1—O pessoal docente está obrigado ao cumprimento dos deveres estabelecidos para os funcionários e agentes da Administração Pública em geral.

2—O pessoal docente, no exercício das funções que lhe estão atribuídas nos termos do presente Estatuto, está ainda obrigado ao cumprimento dos seguintes deveres profissionais:

a) Orientar o exercício das suas funções pelos princípios do rigor, da isenção, da justiça e da equidade;

b) Orientar o exercício das suas funções por critérios de qualidade, procurando o seu permanente aperfeiçoamento e tendo como objectivo a excelência;

c) Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação de laços de cooperação e o desenvolvimento de relações de respeito e

reconhecimento mútuo, em especial entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente;

d) Actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, de desenvolvimento pessoal e profissional e de aperfeiçoamento do seu desempenho;

e) Participar de forma empenhada nas várias modalidades de formação que frequente, designadamente nas promovidas pela Administração, e usar as competências adquiridas na sua prática profissional;

f) Zelar pela qualidade e pelo enriquecimento dos recursos didáctico-pedagógicos utilizados, numa perspectiva de abertura à inovação;

g) Desenvolver a reflexão sobre a sua prática pedagógica, proceder à auto-avaliação e participar nas actividades de avaliação da escola;

h) Conhecer, respeitar e cumprir as disposições normativas sobre educação, cooperando com a administração educativa na prossecução dos objectivos decorrentes da política educativa, no interesse dos alunos e da sociedade.

Artigo 10.º-A

Deveres para com os alunos

Constituem deveres específicos dos docentes relativamente aos seus alunos:

a) Respeitar a dignidade pessoal e as diferenças culturais dos alunos valorizando os diferentes saberes e culturas, prevenindo processos de exclusão e discriminação;

b) Promover a formação e realização integral dos alunos, estimulando o desenvolvimento das suas capacidades, a sua autonomia e criatividade;

c) Promover o desenvolvimento do rendimento escolar dos alunos e a qualidade das aprendizagens, de acordo com os respectivos programas curriculares e atendendo à diversidade dos seus conhecimentos e aptidões;

d) Organizar e gerir o processo ensino-aprendizagem, adoptando estratégias de diferenciação pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;

e) Assegurar o cumprimento integral das actividades lectivas correspondentes às exigências do currículo nacional, dos programas e das orientações programáticas ou curriculares em vigor;

f) Adequar os instrumentos de avaliação às exigências do currículo nacional, dos programas e das orientações programáticas ou curriculares e adoptar critérios de rigor, isenção e objectividade na sua correcção e classificação;

g) Manter a disciplina e exercer a autoridade pedagógica com rigor, equidade e isenção;

h) Cooperar na promoção do bem-estar dos alunos, protegendo-os de situações de violência física ou psicológica, se necessário solicitando a intervenção de pessoas e entidades alheias à instituição escolar;

i) Colaborar na prevenção e detecção de situações de risco social, se necessário participando-as às entidades competentes;

j) Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respectivas famílias.

Artigo 10.º-B

Deveres para com a escola e os outros docentes

Constituem deveres específicos dos docentes para com a escola e outros docentes:

a) Colaborar na organização da escola, cooperando com os órgãos de direcção executiva e as estruturas de gestão pedagógica e com o restante pessoal docente e não docente tendo em vista o seu bom funcionamento;

b) Cumprir os regulamentos, desenvolver e executar os projectos educativos e planos de actividades e observar as orientações dos órgãos de direcção executiva e das estruturas de gestão pedagógica da escola;

c) Co-responsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos e propor medidas de melhoramento e remodelação;

d) Promover o bom relacionamento e a cooperação entre todos os docentes, dando especial atenção aos que se encontram em início de carreira ou em formação ou que denotem dificuldades no seu exercício profissional;

e) Partilhar com os outros docentes a informação, os recursos didácticos e os métodos pedagógicos, no sentido de difundir as boas práticas e de aconselhar aqueles que se encontrem no início de carreira ou em formação ou que denotem dificuldades no seu exercício profissional;

f) Reflectir, nas várias estruturas pedagógicas, sobre o trabalho realizado individual e colectivamente, tendo em vista melhorar as práticas e contribuir para o sucesso educativo dos alunos;

g) Cooperar com os outros docentes na avaliação do seu desempenho;

h) Defender e promover o bem-estar de todos os docentes, protegendo-os de quaisquer situações de violência física ou psicológica, se necessário solicitando a intervenção de pessoas e entidades alheias à instituição escolar.

Artigo 10.º-C

Deveres para com os pais e encarregados de educação

Constituem deveres específicos dos docentes para com os pais e encarregados de educação dos alunos:

a) Respeitar a autoridade legal dos pais ou encarregados de educação e estabelecer com eles uma relação de diálogo e cooperação, no quadro da partilha da responsabilidade pela educação e formação integral dos alunos;

b) Promover a participação activa dos pais ou encarregados de educação na educação escolar dos alunos, no sentido de garantir a sua efectiva colaboração no processo de aprendizagem;

c) Incentivar a participação dos pais ou encarregados de educação na actividade da escola, no sentido de criar condições para a integração bem sucedida de todos os alunos;

d) Facultar regularmente aos pais ou encarregados de educação a informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e o percurso escolar dos filhos, bem como sobre quaisquer outros elementos relevantes para a sua educação;

e) Participar na promoção de acções específicas de formação ou informação para os pais ou encarregados de educação que fomentem o seu envolvimento na escola com vista à prestação de um apoio adequado aos alunos.

CAPÍTULO III

Formação

Artigo 11.º

Formação do pessoal docente

1—A formação do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios gerais constantes do artigo 33.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, competindo ao membro do Governo responsável pela área da educação o respectivo planeamento, coordenação e avaliação global.

2—A formação de pessoal docente é regulamentada em diploma próprio, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.

NOTAS:

Existem diversos diplomas que versam sobre esta matéria, para cada uma das modalidades de formação indicadas nos artigos seguintes. Ver notas desses artigos.

Artigo 12.º

Modalidades da formação

A formação do pessoal docente compreende a formação inicial, a formação especializada e a formação contínua, previstas, respectivamente, nos artigos 34.º, 36.º e 38.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 13.º

Formação inicial

1—A formação inicial dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário é a que confere habilitação profissional para a docência no respectivo nível de educação ou de ensino.

2—A formação inicial visa dotar os candidatos à profissão das competências e conhecimentos científicos, técnicos e pedagógicos de base para o desempenho profissional da prática docente nas seguintes dimensões:

- a) Profissional, social e ética;
- b) Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- c) Participação na escola e relação com a comunidade educativa;
- d) Desenvolvimento profissional ao longo da vida.

NOTAS:

O regime jurídico da habilitação profissional para a docência encontra-se aprovado no Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27 de junho, e alterado pelos Decretos-Leis n.º 176/2014, de 12 de dezembro e n.º 16/2018, de 7 de março.

Artigo 14.º

Formação especializada

A formação especializada visa a qualificação dos docentes para o desempenho de funções ou actividades educativas especializadas e é ministrada nas instituições de formação a que se refere o n.º 2 do artigo 36.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

(ver anotações do artigo 56º)

Artigo 15.º

Formação contínua

1—A formação contínua destina-se a assegurar a actualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à actividade profissional do pessoal docente, visando ainda objectivos de desenvolvimento na carreira e de mobilidade nos termos do presente Estatuto.

2—A formação contínua deve ser planeada de forma a promover o desenvolvimento das competências profissionais do docente.

NOTAS:

O atual regime jurídico de formação contínua está estabelecido no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.

Artigo 16.º

Acções de formação contínua

1 — A formação contínua é realizada de acordo com os planos de formação elaborados pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas tendo em consideração o diagnóstico das necessidades de formação dos respectivos docentes.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve ainda ser considerada na frequência das acções de formação contínua a formação de iniciativa individual do docente que contribua para o seu desenvolvimento profissional.

CAPÍTULO IV

Recrutamento e selecção para lugar do quadro

Artigo 17.º

Princípios gerais

1 — O concurso é o processo de recrutamento e selecção, normal e obrigatório, do pessoal docente.

2 — O regime do concurso para pessoal docente rege-se pelos princípios reguladores dos concursos na Administração Pública, nos termos e com as adaptações previstas no decreto-lei a que se refere o artigo 24.º.

Artigo 18.º a 21.º

(Revogados.)

Artigo 22.º

Requisitos gerais e específicos

1 — São requisitos gerais de admissão a concurso:

a) [Declarado inconstitucional, com força obrigatória geral, pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 345/2002, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 234, de 10 de Outubro de 2002;]

b) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigidas para a docência no nível de ensino e grupo de recrutamento a que se candidatam;

c) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

e) Possuir a robustez física, o perfil psíquico e as características de personalidade indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

f) Obter aprovação em prova de avaliação de conhecimentos e capacidades.

2—Constitui requisito físico necessário ao exercício da função docente a ausência, comprovada por adequado atestado médico, de quaisquer lesões ou enfermidades que impossibilitem o exercício da docência ou sejam susceptíveis de ser agravadas pelo desempenho de funções docentes.

3—A existência de deficiência física não é impedimento ao exercício de funções docentes se e enquanto for compatível com os requisitos exigíveis para o exercício de funções no grupo de recrutamento do candidato ou do docente, nos termos de adequado atestado médico.

4—Constitui requisito psíquico necessário ao exercício da função docente a ausência de características de personalidade ou de situações anómalas ou patológicas de natureza neuropsiquiátrica que ponham em risco a relação com os alunos, impeçam ou dificultem o exercício da docência ou sejam susceptíveis de ser agravadas pelo desempenho de funções docentes.

5—A verificação dos requisitos físicos e psíquicos necessários ao exercício da função docente e da inexistência de alcoolismo ou de toxicodependências de qualquer natureza é realizada nos termos da lei geral.

6—A existência de alcoolismo ou de toxicodependências, comprovadas nos termos do número anterior, constitui motivo impeditivo do exercício da função docente pelo período de dois anos.

7 — A aprovação na prova prevista na alínea f) do n.º 1 constitui requisito exigível aos candidatos a concursos de selecção e recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário que ainda não tenham integrado a carreira.

8 - A prova a que se refere o número anterior visa verificar o domínio de conhecimentos e capacidades fundamentais para o exercício da função docente.

9 - A prova de avaliação de conhecimentos e capacidades tem obrigatoriamente uma componente comum a todos os candidatos, que visa avaliar a sua capacidade de mobilizar o raciocínio lógico e crítico, bem como a preparação para resolver problemas em domínios não disciplinares, podendo ainda ter uma componente específica relativa à área disciplinar ou nível de ensino dos candidatos.

10 — As condições de candidatura, de realização e avaliação da prova são aprovadas por decreto regulamentar.

NOTAS:

A alínea f) do n.º 1 foi declarada inconstitucional pelo Acórdão n.º 509/2015, de 13 de outubro, do TC. Igualmente, foram julgadas inconstitucionais, pelo mesmo acórdão, as normas do diploma a que se refere o n.º 10, o Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 27/2009, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 75/2012, de 23 de junho, e pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2013, de 23 de outubro.

Artigo 23.º

Verificação de alteração dos requisitos físicos e psíquicos

1—A verificação de alteração dos requisitos físicos e psíquicos necessários ao exercício da função docente e da existência de alcoolismo ou de toxicodependências de qualquer natureza é realizada pela junta médica regional do Ministério da Educação e Ciência, mediante solicitação do órgão de direcção executiva da escola.

2 e 3—(Revogados)

4—Para verificação das condições de saúde e de trabalho do pessoal docente realizam-se acções periódicas de rastreio, nos termos da legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, aprovadas anualmente pelo órgão de direcção executiva da escola.

Artigo 24.º

Regulamentação dos concursos

A regulamentação dos concursos previstos no presente Estatuto é objecto de decreto-lei, sendo assegurada a negociação colectiva nos termos da lei em vigor.

NOTAS:

1- São dois os diplomas a que aqui se alude:

- Relativamente ao ensino geral, é o Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 146/2013, de 22 de outubro, 83-A/2014, de 23 de maio, 9/2016, de 7 de março, e 28/2017, de 15 de março, e pelas Leis n.ºs 80/2013, de 28 de novembro e 12/2016, de 28 de abril;
- Quanto ao ensino artístico especializado da música e da dança, o regime de concursos encontra-se regulado no Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março.

2- Atente-se ainda no facto de o Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, não ter introduzido qualquer alteração ao regime legal de concursos, pelo que a obrigatoriedade de serem considerados horários incompletos para o concurso de mobilidade interna nele previsto, o que se realizou em 2018, em resultado das alterações introduzidas àquele Decreto-Lei pela Lei n.º 17/2018, de 19 de abril, não é necessariamente aplicável aos concursos a realizar em anos seguintes.

CAPÍTULO V

Quadros de pessoal docente

Artigo 25.º

Estrutura

1—Os quadros de pessoal docente dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos estruturam-se em:

- a) Quadros de agrupamento de escolas;

- b) Quadros de escola não agrupada;
- c) Quadros de zona pedagógica.

2—Os quadros de pessoal docente dos estabelecimentos de educação e ensino abrangidos pelo presente Estatuto fixam dotações para a carreira docente, discriminadas por nível ou ciclo de ensino, grupo de recrutamento e categoria, consoante o caso, de modo a conferir maior flexibilidade à gestão dos recursos humanos da docência disponíveis.

3—As referências feitas no presente Estatuto a escolas ou a estabelecimentos de educação ou de ensino reportam-se ao agrupamento de escolas ou a escolas não agrupadas, consoante o caso, salvo referência em contrário.

Artigo 26.º

Quadros de agrupamento e quadros de escola não agrupada

1—Os quadros de agrupamento de escolas, bem como os quadros das escolas não agrupadas, destinam-se a satisfazer as necessidades permanentes dos respectivos estabelecimentos de educação ou de ensino.

2—A dotação de lugares dos quadros de agrupamento ou dos quadros de escola, discriminada por ciclo ou nível de ensino e grupo de recrutamento e categoria, é fixada por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação.

3—(*Revogado*)

Artigo 27.º

Quadros de zona pedagógica

1—Os quadros de zona pedagógica destinam-se a facultar a necessária flexibilidade à gestão dos recursos humanos no respectivo âmbito geográfico e a assegurar a satisfação de necessidades não permanentes dos estabelecimentos de educação ou de ensino, a substituição dos docentes dos quadros de agrupamento ou de escola, as actividades de educação extra-escolar, o apoio a estabelecimentos de educação ou de ensino que ministrem áreas curriculares específicas ou manifestem exigências educativas especiais, bem como a garantir a promoção do sucesso educativo.

2—A substituição de docentes prevista no número anterior abrange os casos de:

- a) Ausência anual;
- b) Ausências temporárias de duração superior a 5 ou 10 dias lectivos, consoante se trate da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico ou dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;

c) Ausências temporárias no ensino secundário, sem prejuízo das tarefas de ocupação educativa dos alunos, a promover pelo respectivo estabelecimento de ensino, nos casos de ausências de curta duração.

3—O âmbito geográfico dos quadros de zona pedagógica e a respectiva dotação de lugares, a definir por ciclo ou nível de ensino e grupo de recrutamento, são fixados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação.

NOTAS:

O diploma a que faz alusão o n.º 3 é a Portaria n.º 156-B/2013, de 19 de abril.

Artigo 28.º

Ajustamento dos quadros

A revisão dos quadros de pessoal docente é feita por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da educação ou por portaria apenas deste último, consoante dessa alteração resulte ou não aumento dos valores totais globais.

CAPÍTULO VI

Vinculação

Artigo 29.º

Vinculação

1—A relação jurídica de emprego do pessoal docente reveste, em geral, a forma de nomeação.

2—A nomeação pode ser provisória ou definitiva.

3—A vinculação do pessoal docente pode revestir a forma de contrato administrativo prevista no artigo 33.º

4—A contratação de pessoal docente pode ainda revestir a modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo para o exercício temporário de funções docentes ou de formação em áreas técnicas específicas, nos termos e condições previstos em legislação própria.

NOTAS:

1- Todo este artigo parece estar ultrapassado pelo tempo: o disposto nos n.ºs 1 e 2, entra em evidente conflito com os artigos 7.º e 8.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, que estabelecem que o vínculo de emprego público se constitui, em regra, por contrato de trabalho em funções públicas, reservando o vínculo de nomeação para um elenco muito restrito de funções que não inclui a docência; quanto aos n.ºs 3 e 4, foi a sua redação aprovada pelo DL 35/2007, de 15 de fevereiro, diploma que, contudo, foi revogado pelo DL 132/2012, de 27 de junho! Aliás, o estabelecido no n.º 3 (bem como todo o artigo 33.º) é contradito pelo disposto no n.º 1 do artigo

33.º do DL 132/2012, de 27 de junho, na sua redação atual, no qual se refere que "As necessidades temporárias não satisfeitas por docentes de carreira são preenchidas por recrutamento de indivíduos detentores de habilitação profissional para a docência, mediante celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo (...)", não havendo, por isso, lugar à celebração de contratos administrativos - é caso para perguntar: pode um diploma de concursos, ele próprio uma das regulamentações do ECD, alterar uma norma do diploma pai? Tem podido...

2- O diploma a que se refere o n.º 4 é, no ensino geral, o DL 132/2012, de 27 de junho, na redação republicada no DL 28/2017, de 15 de março, e, no ensino artístico especializado da música e da dança, o Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março.

Artigo 30.º

Nomeação provisória

O primeiro provimento em lugar de ingresso reveste a forma de nomeação provisória e destina-se à realização do período probatório.

NOTAS:

Ver anotações do artigo 29.º - nota 1 - e 31º)

Artigo 31.º

Período probatório

1—O período probatório destina-se a verificar a capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível, tem a duração mínima de um ano escolar e é cumprido no estabelecimento de educação ou de ensino onde aquele exerce a sua actividade docente.

2 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 9 a 11, o período probatório corresponde ao 1.º ano escolar no exercício efectivo de funções docentes.

3 — A requerimento do docente, o período probatório pode ser realizado no primeiro ano de exercício de funções docentes e antes do ingresso na carreira, desde que, cumulativamente:

a) O docente tenha sido recrutado no concurso externo ou para a satisfação de necessidades transitórias e antes do início do ano lectivo;

b) O exercício de funções docentes abranja o ano lectivo completo;

c) O seu horário seja igual ou superior a vinte horas semanais.

4 — Durante o período probatório, o professor é acompanhado e apoiado, no plano didáctico, pedagógico e científico por um docente posicionado no 4.º escalão ou superior, sempre que possível, do mesmo grupo de recrutamento, a quem tenha sido atribuída menção qualitativa igual ou superior a Bom na última avaliação do desempenho, a designar pelo coordenador do departamento curricular ou do conselho de docentes respectivo, que:

a) Seja detentor, preferencialmente, de formação especializada na área de organização educacional e desenvolvimento curricular, supervisão pedagógica ou formação de formadores;

b) Esteja, sempre que possível, posicionado nos dois últimos escalões da carreira e tenha optado pela especialização funcional correspondente.

5 – Compete ao docente a que se refere o número anterior:

a) Apoiar a elaboração e acompanhar a execução de um plano individual de trabalho para o docente em período probatório que verse as componentes científica, pedagógica e didáctica;

b) Apoiar o docente em período probatório na preparação e planeamento das aulas, bem como na reflexão sobre a respectiva prática pedagógica, ajudando-o na sua melhoria;

c) Avaliar o trabalho individual desenvolvido;

d) Elaborar relatório da actividade desenvolvida, incluindo os dados da observação de aulas obrigatoriamente realizada;

e) Participar no processo de avaliação do desempenho do docente em período probatório.

6—O docente em período probatório fica impossibilitado de acumular outras funções, públicas ou privadas.

7—A componente não lectiva de estabelecimento neste período fica adstrita, enquanto necessário, à frequência de acções de formação, assistência a aulas de outros professores ou realização de trabalhos de grupo indicadas pelo professor de acompanhamento e apoio.

8 – A avaliação do desempenho do docente em período probatório é objecto de regulamentação, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 40.º

9—O período probatório é suspenso sempre que o docente se encontre em situação de ausências ao serviço legalmente equiparadas a prestação de trabalho efectivo por um período superior a seis semanas consecutivas ou interpoladas, sem prejuízo da manutenção dos direitos e regalias inerentes à continuidade do vínculo laboral.

10—Finda a situação que determinou a suspensão prevista no número anterior, o docente retoma ou inicia, consoante o caso, o exercício efectivo das suas funções, tendo de completar o período probatório em falta.

11 – Para além dos motivos referidos no n.º 9, o período probatório do docente que faltar justificadamente por um período correspondente a 20 dias de actividade lectiva é repetido no ano escolar seguinte.

12—O docente em nomeação provisória que conclua o período probatório com avaliação do desempenho igual ou superior a Bom é nomeado definitivamente em lugar do quadro.

13 — Se o docente obtiver avaliação do desempenho de Regular é facultada a oportunidade de repetir o período probatório, sem interrupção funcional, devendo desenvolver um plano de formação que integre a observação de aulas.

14—Se o docente obtiver avaliação de desempenho de Insuficiente é, no termo do período probatório, automaticamente exonerado do lugar do quadro em que se encontra provido.

15 — A atribuição da menção qualitativa de Insuficiente implica a impossibilidade de o docente se candidatar, a qualquer título, à docência no próprio ano ou no ano escolar seguinte.

16 — O tempo de serviço prestado pelo docente em período probatório é contado para efeitos de progressão na carreira docente, desde que classificado com menção qualitativa igual ou superior a Bom.

NOTAS:

1- O funcionamento do período probatório está fixado no Despacho n.º 9488/2015, de 20 de agosto, diploma que estabeleceu, igualmente, condições de dispensa da sua realização para o ano letivo de 2015-2016, mas que têm vindo a ser alargadas para os anos letivos seguintes.

2- O diploma a que se refere o n.º 8 é o Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 23 de junho.

Artigo 32.º

Nomeação definitiva

1—A nomeação provisória converte-se em nomeação definitiva em lugar do quadro, independentemente de quaisquer formalidades, no início do ano escolar subsequente à conclusão do período probatório com avaliação de desempenho igual ou superior a Bom.

2—A conversão da nomeação provisória em nomeação definitiva é promovida pelo órgão de direcção executiva do agrupamento ou escola não agrupada até 20 dias antes do termo daquela nomeação e produz efeitos, em qualquer caso, a partir de 1 de Setembro.

3—Em caso de prorrogação do período probatório prevista nos n.ºs 8 a 10 do artigo anterior, a conversão da nomeação provisória em nomeação definitiva produz efeitos reportados ao início do ano escolar em que ocorra a sua conclusão.

4—A nomeação do docente que observe os requisitos previstos no n.º 16 do artigo anterior é automaticamente convertida em nomeação definitiva.

NOTAS:

1- Relativamente à natureza do vínculo aqui referida, ver nota 1 relativa ao artigo 29.º.

2- O diploma a que se refere o n.º 8 é o Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 23 de junho.

3- As remissões efetuadas nos n.ºs 3 e 4 deste artigo (que mantêm a redação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 15/2007) ao artigo anterior, referem-se à antiga redação do artigo 31.º, tal como aprovada pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro, e não à atual redação desse artigo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de junho. Por este motivo, a remissão feita no n.º 3

deste artigo aos n.ºs 8 a 10 do artigo anterior (31.º) terá de ser entendida como efetuada aos n.ºs 9 a 11 da atual redação; já quanto ao n.º 4, como a redação do n.º 16 do artigo anterior a que ele se refere, que fixava condições de dispensa da realização do período probatório, foi retirada da lei, forçoso é concluir que a conversão em nomeação definitiva referida neste n.º 4 se destina aos docentes que cumpram as atuais condições de dispensa da realização do período probatório fixadas, como referido na nota 1 do artigo anterior, no Despacho 9488/2015, de 20 de agosto.

Artigo 33.º

Contrato administrativo

1—O exercício transitório de funções docentes pode ser assegurado por indivíduos que preencham os requisitos de admissão a concurso, em regime de contrato administrativo, tendo em vista a satisfação de necessidades residuais do sistema educativo não colmatadas por pessoal docente dos quadros que sobrevenham até ao final do 1º período lectivo, sem prejuízo das disposições especiais constantes da legislação própria a que se refere o n.º 4 do artigo 29º.

2—Os princípios a que obedece a contratação de pessoal docente ao abrigo do número anterior são fixados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da Educação.

NOTAS:

Não se verificando atualmente a celebração de contratos administrativos (ver nota 1 do artigo 29.º), a Portaria n.º 367/1998, de 29 de junho, que regulava este regime de contratação, a que alude o n.º 2, há muito se encontra revogada.

CAPÍTULO VII

Carreira docente

SUBCAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 34.º

Natureza e estrutura da carreira docente

1—O pessoal docente que desempenha funções de educação ou de ensino, com carácter permanente, sequencial e sistemático, constitui, nos termos da lei geral, um corpo especial da Administração Pública dotado de uma carreira própria.

2—A carreira docente estrutura-se na categoria de professor.

3 — *(Revogado)*

4—Cada categoria é integrada por escalões a que correspondem índices remuneratórios diferenciados, de acordo com o anexo I do presente Estatuto, que dele faz parte integrante.

NOTAS:

O disposto no n.º 1, de certa maneira, conflitua com o que dispõe o n.º 2 do artigo 8.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, disposição esta que confina as carreiras especiais a um elenco muito restrito de funções que não inclui a docência; pode afirmar-se com propriedade que os professores ainda mantêm uma carreira especial em resultado da sua luta!...

Artigo 35.º

Conteúdo funcional

1—As funções do pessoal docente são exercidas com responsabilidade profissional e autonomia técnica e científica, sem prejuízo do número seguinte.

2—O docente desenvolve a sua actividade profissional de acordo com as orientações de política educativa e observando as exigências do currículo nacional, dos programas e das orientações programáticas ou curriculares em vigor, bem como do projecto educativo da escola.

3—São funções do pessoal docente em geral:

a) Lecionar as disciplinas, matérias e cursos para que se encontra habilitado de acordo com as necessidades educativas dos alunos que lhe estejam confiados e no cumprimento do serviço docente que lhe seja atribuído;

b) Planear, organizar e preparar as actividades lectivas dirigidas à turma ou grupo de alunos nas áreas disciplinares ou matérias que lhe sejam distribuídas;

c) Conceber, aplicar, corrigir e classificar os instrumentos de avaliação das aprendizagens e participar no serviço de exames e reuniões de avaliação;

d) Elaborar recursos e materiais didáctico-pedagógicos e participar na respectiva avaliação;

e) Promover, organizar e participar em todas as actividades complementares, curriculares e extracurriculares, incluídas no plano de actividades ou projecto educativo da escola, dentro e fora do recinto escolar;

f) Organizar, assegurar e acompanhar as actividades de enriquecimento curricular dos alunos;

g) Assegurar as actividades de apoio educativo, executar os planos de acompanhamento de alunos determinados pela administração educativa e cooperar na detecção e acompanhamento de dificuldades de aprendizagem;

h) Acompanhar e orientar as aprendizagens dos alunos, em colaboração com os respectivos pais e encarregados de educação;

i) Facultar orientação e aconselhamento em matéria educativa, social e profissional dos alunos, em colaboração com os serviços especializados de orientação educativa;

j) Participar nas actividades de avaliação da escola;

l) Orientar a prática pedagógica supervisionada a nível da escola;

m) Participar em actividades de investigação, inovação e experimentação científica e pedagógica;

n) Organizar e participar, como formando ou formador, em acções de formação contínua e especializada;

o) Desempenhar as actividades de coordenação administrativa e pedagógica que não sejam exclusivas dos docentes posicionados no 4.º escalão ou superior.

4 – As funções de coordenação, orientação, supervisão pedagógica e avaliação do desempenho são reservadas aos docentes posicionados no 4.º escalão ou superior, detentores, preferencialmente, de formação especializada.

5 – Em casos excepcionais devidamente fundamentados, os docentes posicionados no 3.º escalão podem exercer as funções referidas no número anterior desde que detentores de formação especializada.

6 – Os docentes dos dois últimos escalões da carreira, desde que detentores de formação especializada, podem candidatar-se, com possibilidade de renúncia a produzir efeitos no termo de cada ano escolar, a uma especialização funcional para o exercício exclusivo ou predominante das funções de supervisão pedagógica, gestão da formação, desenvolvimento curricular, avaliação do desempenho e administração escolar, em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

7 – As funções previstas no n.º 4 são atribuídas prioritariamente aos docentes referidos no número anterior.

NOTAS:

Não foi ainda publicada a Portaria referida no n.º 6.

Artigo 36.º

Ingresso

1 – O ingresso na carreira docente faz-se mediante concurso destinado ao provimento de lugar do quadro de entre os docentes que satisfaçam os requisitos de admissão a que se refere o artigo 22.º

2 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o ingresso na carreira faz-se no 1.º escalão.

3 – O ingresso na carreira dos docentes portadores de habilitação profissional adequada faz-se no escalão correspondente ao tempo de serviço prestado em funções docentes e classificado com a menção qualitativa mínima de Bom, independentemente do título jurídico da relação de trabalho subordinado, de acordo com os critérios gerais de progressão, em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

NOTAS:

A Portaria a que se refere o n.º 3 é a n.º 119/2018, de 4 de maio.

Artigo 37.º

Progressão

1 — A progressão na carreira docente consiste na alteração do índice remuneratório através da mudança de escalão.

2 — O reconhecimento do direito à progressão ao escalão seguinte depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

a) Da permanência de um período mínimo de serviço docente efectivo no escalão imediatamente anterior;

b) Da atribuição, na última avaliação do desempenho, de menção qualitativa não inferior a Bom;

c) Da frequência, com aproveitamento, de módulos de formação contínua ou de cursos de formação especializada, pelos docentes em exercício efectivo de funções em estabelecimentos de ensino não superior durante, pelo menos, metade do ciclo avaliativo, num total não inferior a:

i) 25 horas, no 5.º escalão da carreira docente;

ii) 50 horas, nos restantes escalões da carreira docente.

3 — A progressão aos 3.º, 5.º e 7.º escalões depende, além dos requisitos previstos no número anterior, do seguinte:

a) Observação de aulas, no caso da progressão aos 3.º e 5.º escalões;

b) Obtenção de vaga, no caso da progressão aos 5.º e 7.º escalões.

4 — A obtenção das menções de Excelente e Muito bom nos 4.º e 6.º escalões permite a progressão ao escalão seguinte, sem a observância do requisito relativo à existência de vagas.

5 — Os módulos de tempo de serviço docente nos escalões têm a duração de quatro anos, com excepção do tempo de serviço no 5.º escalão que tem a duração de dois anos.

6 — *(Revogado)*

7 — A progressão aos 5.º e 7.º escalões, nos termos referidos na alínea b) do n.º 3, processa-se anualmente e havendo lugar à adição de um factor de compensação por cada ano suplementar de permanência nos 4.º ou 6.º escalões aos docentes que não obtiverem vaga, em termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da educação.

8 — A progressão ao escalão seguinte opera-se nos seguintes momentos:

a) A progressão aos 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 8.º, 9.º e 10.º escalões opera-se na data em que o docente perfaz o tempo de serviço no escalão, desde que tenha cumprido os requisitos de avaliação do desempenho, incluindo observação de aulas quando obrigatório e formação contínua previstos nos números anteriores, sendo devido o direito à remuneração correspondente ao novo escalão a partir do 1.º dia do mês subsequente a esse momento e reportado também a essa data;

b) A progressão aos 5.º e 7.º escalões opera-se na data em que o docente obteve vaga para progressão, desde que tenha cumprido os requisitos de avaliação do desempenho, incluindo observação de aulas quando obrigatório e formação contínua previstos nos números anteriores, sendo devido o direito à remuneração correspondente ao novo escalão a partir do 1.º dia do mês subsequente a esse momento e reportado também a essa data.

9 – A listagem dos docentes que progrediram de escalão é afixada semestralmente nos estabelecimentos de educação ou de ensino.

NOTAS:

1- A portaria referida no n.º 7 é a n.º 29/2018, de 23 de janeiro.

2- Sobre progressão, o artigo 9º do DL 75/2010, de 23 de junho, estabelece algumas normas transitórias de progressão na carreira:

"Artigo 9.º

Normas transitórias de progressão na carreira

1 – As condições exigidas para progressão aos 3.º, 5.º e 7.º escalões no n.º 3 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente aplicam-se aos docentes que completem os requisitos gerais para progressão a partir do início do ano escolar de 2010-2011.

2 – Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 299, incluindo os reposicionados no índice por efeito da alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º e do n.º 1 do artigo 8.º, progridem ao índice 340, para além do cumprimento do requisito previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente para o tempo de permanência no escalão, de acordo com as seguintes regras:

a) Possuam seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira prestados no índice;

b) Tenham obtido na avaliação do desempenho:

i) Para os docentes em condições de progredir no ano de 2010, a menção qualitativa mínima de Bom referente ao ciclo de avaliação de 2007-2009, e menção igual ou superior a Satisfaz na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio;

ii) Para os docentes em condições de progredir a partir do ano de 2011, a menção qualitativa mínima de Bom, referente ao ciclo de avaliação de 2007-2009 e seguintes.

3 – Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 340, progridem ao índice 370, para além das regras gerais de progressão quanto a formação contínua, de acordo com as seguintes regras:

a) Até ao final do ano civil de 2012, desde que possuam no índice pelo menos seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira e tenham obtido na avaliação do desempenho duas menções qualitativas de Muito bom ou Excelente;

b) Nos anos civis de 2013 e 2014, desde que possuam no índice pelo menos seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira e tenham obtido nos três ciclos da avaliação do desempenho pelo menos uma menção qualitativa de Muito bom e nenhuma inferior a Bom;

c) A partir do ano de 2015 aplicam-se as regras gerais de progressão."

Artigo 38.º

Equiparação a serviço docente efectivo

É equiparado a serviço efectivo em funções docentes todo aquele que for prestado pelo pessoal docente em cargo ou função cujo regime legal preveja a salvaguarda na carreira de origem do direito à contagem do tempo de serviço prestado.

SUBCAPÍTULO II

Condições de progressão e acesso na carreira

Artigo 39.º

Exercício de funções não docentes

1—Na contagem do tempo de serviço docente efectivo para efeitos de progressão na carreira, são considerados os períodos referentes a requisição, destacamento e comissão de serviço no exercício de funções não docentes que revistam natureza técnico-pedagógica, desde que não excedam dois anos do módulo de tempo de serviço que for necessário para os referidos efeitos com avaliação de desempenho igual ou superior a Bom durante o referido período.

2—Os períodos referentes a requisição, destacamento e comissão de serviço no exercício de funções que revistam natureza técnico-pedagógica e que excedam o limite considerado no número anterior relevam na contagem do tempo de serviço docente efectivo para efeitos de progressão na carreira se o docente obtiver na primeira avaliação de desempenho posterior ao regresso ao serviço docente efectiva menção qualitativa igual ou superior a Bom.

3—Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por funções de natureza técnico-pedagógica as que, pela sua especialização, especificidade ou especial relação com o sistema de educação e ensino, requerem, como condição para o respectivo exercício, as qualificações e exigências de formação próprias do pessoal docente.

4—Por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação são fixadas as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.

5—O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação de legislação própria que salvasgarde o direito à estabilidade no emprego de origem bem como à promoção e progressão na carreira pelo exercício de determinados cargos ou funções.

NOTAS:

O diploma a que se refere o n.º 4 é a Portaria n.º 343/2008, de 30 de abril.

Artigo 40.º

Caracterização e objectivos da avaliação do desempenho

1—A avaliação do desempenho do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios consagrados no artigo 39º da Lei de Bases do Sistema Educativo e no respeito pelos princípios e objectivos que enformam o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública, incidindo sobre a actividade desenvolvida e tendo em conta as qualificações profissionais, pedagógicas e científicas do docente.

2 — A avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade do serviço educativo e das aprendizagens dos alunos e proporcionar orientações para o desenvolvimento pessoal e profissional no quadro de um sistema de reconhecimento do mérito e da excelência.

3—Constituem ainda objectivos da avaliação do desempenho:

- a) Contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente;
- b) Contribuir para a valorização do trabalho e da profissão docente;
- c) Identificar as necessidades de formação do pessoal docente;
- d) Detectar os factores que influenciam o rendimento profissional do pessoal docente;
- e) Diferenciar e premiar os melhores profissionais no âmbito do sistema de progressão da carreira docente;
- f) Facultar indicadores de gestão em matéria de pessoal docente;
- g) Promover o trabalho de cooperação entre os docentes, tendo em vista a melhoria do seu desempenho;
- h) Promover um processo de acompanhamento e supervisão da prática docente;
- i) Promover a responsabilização do docente quanto ao exercício da sua actividade profissional.

4—A regulamentação do sistema de avaliação do desempenho estabelecido no presente Estatuto é definida por decreto regulamentar.

5 — *(Revogado)*

6 - Os docentes que exerçam cargos ou funções cujo enquadramento normativo ou estatuto salvasse o direito de progressão na carreira de origem e não tenham funções lectivas distribuídas são avaliados, para efeitos do artigo 37.º, pela menção qualitativa que lhe tiver sido atribuída na última avaliação do desempenho.

7 - O disposto no número anterior aplica-se aos docentes que permaneçam em situação de ausência ao serviço equiparada a prestação efectiva de trabalho que inviabilize a verificação do requisito de tempo mínimo para avaliação do desempenho.

8 — *(Revogado)*

9 — Podem os docentes abrangidos pelo n.º 6 solicitar a avaliação do desempenho através de ponderação curricular, em termos a definir por despacho normativo do membro do Governo responsável pela área da educação, nos seguintes casos:

- a) Na falta da avaliação do desempenho prevista no n.º 6;
- b) Tendo sido atribuída a avaliação do desempenho prevista no n.º 6, pretendam a sua alteração;
- c) Os docentes que permaneçam em situação de ausência ao serviço que inviabilize a verificação do requisito de tempo mínimo para avaliação do desempenho.

NOTAS:

1- O diploma previsto no n.º 4 é o Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, retificado pela declaração de retificação n.º 20/2012, de 20 de abril.

2- O diploma a que alude o n.º 9 é o Despacho Normativo n.º 19/2012, de 17 de agosto.

3- Notar ainda, o disposto no artigo 4º do DL 41/2012:

“Artigo 4.º

Disposição transitória

1 — Após a avaliação do desempenho obtida nos termos do modelo de avaliação do desempenho aprovado pelo presente diploma, no final do primeiro ciclo de avaliação, e observando o princípio de que nenhum docente é prejudicado em resultado das avaliações obtidas nos modelos de avaliação do desempenho precedentes, cada docente opta, para efeitos de progressão na carreira, pela classificação mais favorável que obteve num dos três últimos ciclos avaliativos.

2 — A classificação atribuída na observação de aulas de acordo com modelos de avaliação do desempenho docente anteriores à data de entrada em vigor do presente diploma pode ser recuperada pelos docentes integrados nos 2.º e 4.º escalões da carreira e para atribuição da menção de Excelente, em qualquer escalão, no primeiro ciclo de avaliação, nos termos do regime de avaliação aprovado pelo presente diploma.

3 — Para efeitos do número anterior, considera-se a classificação obtida nos domínios correspondentes à observação de aulas na dimensão desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

4 — O ano escolar de 2011-2012 destina-se à concepção e implementação dos instrumentos necessários à aplicação do novo modelo de avaliação do desempenho e à formação dos avaliadores internos e externos, não havendo lugar à observação de aulas.

5 — No decurso do ano escolar do ano de 2011-2012, os docentes em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo são avaliados através de um procedimento simplificado a adoptar pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde exercem funções ou com os quais celebram o último contrato a termo, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 45.º”

Artigo 41.º

Relevância

1— A avaliação do desempenho é obrigatoriamente considerada para efeitos de:

- a) Progressão na carreira;
- b) Conversão da nomeação provisória em nomeação definitiva no termo do período probatório;
- c) Renovação do contrato;

d) Atribuição do prémio de desempenho.

2 - O tempo de serviço dos docentes em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo que não satisfaça a verificação do requisito do período mínimo exigido para a avaliação de desempenho releva para todos os efeitos legais.

Artigo 42.º

Âmbito e periodicidade

1—A avaliação realiza-se segundo critérios previamente definidos que permitam aferir os padrões de qualidade do desempenho profissional, tendo em consideração o contexto sócio-educativo em que se desenvolve a sua actividade.

2 - A avaliação do desempenho do pessoal docente incide sobre as seguintes dimensões:

a) Científica e pedagógica;

b) *(Revogada)*

c) Participação na escola e relação com a comunidade educativa;

d) Formação contínua e desenvolvimento profissional.

3 - Os ciclos de avaliação dos docentes integrados na carreira coincidem com o período correspondente à duração dos escalões da carreira docente, devendo o processo de avaliação do desempenho ser concluído no final do ano escolar anterior ao do fim do ciclo avaliativo.

4 - Os docentes integrados na carreira são sujeitos a avaliação do desempenho desde que tenham prestado serviço docente efectivo durante, pelo menos, metade do período em avaliação a que se refere o número anterior.

5—A avaliação dos docentes em período probatório é feita no final do mesmo e reporta-se à actividade desenvolvida no seu decurso.

6 - A avaliação dos docentes em regime de contrato a termo realiza-se no final do período de vigência do respectivo contrato e antes da eventual renovação da sua colocação, desde que tenham prestado serviço docente efectivo durante, pelo menos, 180 dias.

7 — *(Revogado)*

8 - A avaliação tem uma natureza interna e externa.

9 - A avaliação interna é efectuada pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada do docente e realizada em todos os escalões.

10 - A avaliação externa centra-se na dimensão científica e pedagógica e realiza-se através da observação de aulas por avaliadores externos, sendo obrigatória nas seguintes situações:

a) Docentes em período probatório;

b) Docentes integrados no 2.º e 4.º escalões da carreira docente;

- c) Para atribuição da menção de Excelente, em qualquer escalão;
- d) Docentes integrados na carreira que obtenham a menção de Insuficiente.

Artigo 43.º

Intervenientes no processo de avaliação do desempenho

1 – Intervêm no processo de avaliação do desempenho:

- a) O presidente do conselho geral;
- b) O director;
- c) O conselho pedagógico;
- d) A secção de avaliação de desempenho docente do conselho pedagógico;
- e) Os avaliadores externos e internos;
- f) Os avaliados.

2 a 4 – *(Revogados)*

5 – A composição da secção de avaliação de desempenho docente do conselho pedagógico, bem como as competências dos intervenientes mencionados no n.º 1, são definidas nos termos do n.º 4 do artigo 40.º

6 e 7 – *(Revogados)*

Artigo 44.º

(Revogado)

Artigo 45.º

Elementos de referência da avaliação

1 – As dimensões da avaliação referidas nas alíneas a), c) e d) do n.º 2 do artigo 42.º são apreciadas tendo em consideração os seguintes elementos de referência da avaliação:

- a) Os objectivos e as metas fixadas no projecto educativo do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada;
- b) Os parâmetros estabelecidos para cada uma das dimensões aprovados pelo conselho pedagógico.

2 – Os parâmetros estabelecidos a nível nacional para a avaliação externa serão fixados pelo Ministério da Educação e Ciência.

3 e 4 – *(Revogados)*

5 – No processo de avaliação do desempenho e durante o ano lectivo devem ser recolhidos elementos relevantes de natureza informativa, designadamente decorrentes de auto-avaliação e observação de aulas.

NOTAS:

Os parâmetros nacionais a que se refere o n.º 2 encontram-se fixados no Despacho n.º 13981/2012, de 26 de outubro.

Artigo 45.º -A

Procedimento especial de avaliação

1 — Aos docentes posicionados em certos escalões da carreira ou os que exerçam funções específicas conforme referido em decreto regulamentar, podem ser sujeitos ao regime especial de avaliação nele definido.

2 — Os docentes que reúnam os requisitos legais para a aposentação, incluindo para aposentação antecipada, durante o ciclo avaliativo e a tenham efectivamente requerido nos termos legais podem solicitar a dispensa da avaliação do desempenho.

NOTAS:

O Decreto regulamentar referido no n.º 1 é o n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, estando o procedimento especial de avaliação aplicável aos docentes posicionados em certos escalões fixado no seu artigo 27.º.

Artigo 46.º

Sistema de classificação

1 — *(Revogado)*

2 — O resultado final da avaliação a atribuir em cada ciclo de avaliação é expresso numa escala graduada de 1 a 10 valores.

3 — As classificações quantitativas são ordenadas de forma crescente por universo de docentes de modo a proceder à sua conversão em menções qualitativas nos seguintes termos:

a) Excelente se, cumulativamente, a classificação for igual ou superior ao percentil 95, não for inferior a 9 e o docente tiver tido aulas observadas;

b) Muito Bom se, cumulativamente, a classificação for igual ou superior ao percentil 75, não for inferior a 8 e não tenha sido atribuída ao docente a menção Excelente;

c) Bom se, cumulativamente, a classificação for igual ou superior a 6,5 e não tiver sido atribuída a menção de Muito Bom ou Excelente;

d) Regular se a classificação for igual ou superior a 5 e inferior a 6,5;

e) Insuficiente se a classificação for inferior a 5.

4 — Os percentis previstos no número anterior aplicam-se por universo de docentes a estabelecer por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da educação.

5 a 8 — *(Revogados)*

9 — As percentagens referidas no n.º 4 podem ser acrescidas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da educação, tendo por referência os resultados obtidos pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na respectiva avaliação externa.

10 — A atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e Excelente depende do cumprimento efectivamente verificado de 95 % da componente lectiva distribuída no decurso do ciclo de avaliação, relevando para o efeito as ausências legalmente equiparadas a serviço efectivo nos termos do artigo 103.º.

NOTAS:

O diploma a que se refere o n.º 4 é o Despacho n.º 12566/2012, de 26 de setembro, o qual regula, igualmente, o disposto no n.º 9.

Artigo 47.º

Reclamação e recurso

1 — O avaliado é notificado da avaliação final podendo dela apresentar reclamação escrita no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da sua notificação, devendo a respectiva decisão ser proferida no prazo de 15 dias úteis.

2 — Da decisão sobre a reclamação cabe recurso para o presidente do conselho geral a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar da data da sua notificação.

3 — A proposta de decisão do recurso compete a uma comissão de três árbitros, obrigatoriamente docentes, cabendo a sua homologação ao presidente do conselho geral.

Artigo 48.º

Efeitos da avaliação

1 — A atribuição aos docentes da carreira das menções qualitativas de Excelente e ou Muito Bom, resultam nos seguintes efeitos:

a) A menção de Excelente num ciclo avaliativo determina a bonificação de um ano na progressão na carreira docente, a usufruir no escalão seguinte;

b) A menção de Muito Bom num ciclo avaliativo determina a bonificação de seis meses na progressão na carreira docente, a gozar no escalão seguinte;

c) A menção de Excelente ou de Muito Bom nos 4.º e 6.º escalões permite a progressão ao escalão seguinte, sem observância do requisito relativo à existência de vagas;

d) À atribuição de um prémio pecuniário de desempenho, nos termos definidos no artigo 63.º

e) As menções de Excelente e Muito Bom não constituem elementos de bonificação no concurso de professores.

2 — A atribuição de menção qualitativa igual ou superior a Bom determina:

a) Que seja considerado o período de tempo do respectivo ciclo avaliativo para efeitos de progressão na carreira docente;

b) O termo com sucesso do período probatório.

3 — A atribuição da menção de Regular determina que o período de tempo a que respeita só seja considerado para efeitos de progressão na carreira após a conclusão com sucesso de um plano de formação com a duração de um ano.

4—A atribuição da menção qualitativa de Insuficiente implica:

a) A não contagem do tempo de serviço do respectivo ciclo avaliativo para efeitos de progressão na carreira docente e o reinício do ciclo de avaliação;

b) A obrigatoriedade de conclusão com sucesso de um plano de formação com a duração de um ano que integre a observação de aulas;

c) A cessação da nomeação provisória do docente em período probatório, no termo do referido período;

d) A impossibilidade de nova candidatura, a qualquer título, à docência, no mesmo ano ou no ano escolar imediatamente subsequente àquele em que realizou o período probatório.

5 — A atribuição aos docentes integrados na carreira de duas menções consecutivas de Insuficiente determina a instauração de um processo de averiguações.

6 — A atribuição aos docentes em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo de duas menções consecutivas de Insuficiente determina a impossibilidade de serem admitidos a qualquer concurso de recrutamento de pessoal docente nos três anos escolares subsequentes à atribuição daquela avaliação.

7 — A atribuição aos docentes em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo da menção qualitativa de Muito Bom ou Bom, na última avaliação de desempenho, nos termos do presente diploma, determina a soma de 1 valor à graduação dos candidatos para efeitos do concurso seguinte.

Artigo 49.º

Garantias do processo de avaliação do desempenho

1—Sem prejuízo das regras de publicidade previstas no presente Estatuto, o processo de avaliação tem carácter confidencial, devendo os instrumentos de avaliação de cada docente ser arquivados no respectivo processo individual.

2—Todos os intervenientes no processo, à excepção do avaliado, ficam obrigados ao dever de sigilo sobre a matéria.

3—Anualmente, e após conclusão do processo de avaliação, são divulgados na escola os resultados globais da avaliação do desempenho mediante informação não nominativa contendo o número de menções globalmente atribuídas ao pessoal docente, bem como o número de docentes não sujeitos à avaliação do desempenho.

Artigos 50.º a 53.º

(Revogados)

Artigo 54.º

Aquisição de outras habilitações

1 — A aquisição por docentes profissionalizados, integrados na carreira, do grau académico de mestre em domínio directamente relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação confere direito à redução de um ano no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte, desde que, em qualquer caso, na avaliação do desempenho docente lhes tenha sido sempre atribuída menção qualitativa igual ou superior a Bom.

2 — A aquisição por docentes profissionalizados, integrados na carreira, do grau académico de doutor em domínio directamente relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação confere direito à redução de dois anos no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte, desde que, em qualquer caso, na avaliação do desempenho docente lhes tenha sido sempre atribuída menção qualitativa igual ou superior a Bom.

3—O disposto nos números anteriores é aplicável aos docentes que, nos termos legais, foram dispensados da profissionalização.

4—As características dos mestrados e doutoramentos a que se referem os n.ºs 1 e 2 são definidas por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

NOTAS:

O diploma legal a que faz alusão o n.º 4 é a Portaria n.º 344/2008, de 30 de abril.

Artigo 55.º

(Revogado)

Artigo 56.º

Qualificação para o exercício de outras funções educativas

1—A qualificação para o exercício de outras funções ou actividades educativas especializadas por docentes integrados na carreira com nomeação definitiva, nos termos do artigo 36.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, adquire-se pela frequência, com aproveitamento, de cursos de formação especializada realizados em estabelecimentos de ensino superior para o efeito competentes nas seguintes áreas:

- a) Educação Especial;
- b) Administração Escolar;
- c) Administração Educacional;
- d) Animação Sócio-Cultural;
- e) Educação de Adultos;
- f) Orientação Educativa;
- g) Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores;

- h) Gestão e Animação de Formação;
- i) Comunicação Educacional e Gestão da Informação;
- j) Inspeção da Educação.

2—Constitui ainda qualificação para o exercício de outras funções educativas a aquisição, por docentes profissionalizados integrados na carreira, dos graus de mestre e de doutor nas áreas referidas no número anterior.

3—Podem ainda ser definidas outras áreas de formação especializada, tomando em consideração as necessidades de desenvolvimento do sistema educativo, por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

4—Os cursos a que se refere o n.º 1 do presente artigo serão definidos por despacho do Ministro da Educação e Ciência.

NOTAS:

1- Não foi ainda publicado qualquer despacho nos termos do n.º 3.

2- O Despacho, a que alude o n.º 4, que define os cursos a que se refere o n.º 1 é o n.º 809/97, de 22 de maio, com as alterações aprovadas pelos Despachos n.ºs 12916/98, de 27 de julho, 9126/2001, de 2 de maio, e 2516/2002, de 26 de novembro, este último retificado através da Retificação n.º 90/2003, de 17 de janeiro.

Artigo 57.º

Exercício de outras funções educativas

1—O docente que se encontre qualificado para o exercício de outras funções educativas, nos termos do artigo anterior, é obrigado ao desempenho efectivo dessas mesmas funções quando para tal tenha sido eleito ou designado, salvo nos casos em que, por despacho do Ministro da Educação e Ciência, sejam reconhecidos motivos atendíveis e fundamentados que o incapacitem para aquele exercício.

2—A recusa pelo docente que se encontre qualificado para o exercício de outras funções educativas, nos termos do n.º 1 do artigo anterior, do desempenho efectivo dessas mesmas funções, quando para tal tenha sido eleito ou designado, determina, na primeira avaliação do desempenho a ela subsequente, a atribuição da menção qualitativa de Insuficiente.

3 e 4—*(Revogados)*

SUBCAPÍTULO III

Intercomunicabilidade

Artigo 58.º

(Revogado.)

CAPÍTULO VIII

Remunerações e outras prestações pecuniárias

Artigo 59.º

Índices remuneratórios

1—A carreira docente é remunerada de acordo com as escalas indiciárias constantes do anexo ao presente Estatuto, que dele faz parte integrante.

2—O valor a que corresponde o índice 100 das escalas indiciárias e índices referido no número anterior é fixado por portaria conjunta do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área das finanças.

NOTAS:

A Portaria a que alude o n.º 2 é publicada anualmente, salvo quando haja lugar a "congelamento" legalmente determinado por via, por exemplo, da Lei do Orçamento do Estado.

Artigo 60.º

(Revogado)

Artigo 61.º

Cálculo da remuneração horária

A remuneração horária normal é calculada através da fórmula $(Rb \times 12) / (52 \times n)$, sendo Rb a remuneração mensal fixada para o respectivo escalão e n o número 35, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º

Artigo 62.º

Remuneração por trabalho extraordinário

1—As horas de serviço docente extraordinário são compensadas por um acréscimo da retribuição horária normal de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 25% para a primeira hora semanal de trabalho extraordinário diurno;
- b) 50% para as horas subsequentes de trabalho extraordinário diurno.

2—A retribuição do trabalho extraordinário nocturno é calculada através da multiplicação do valor da hora extraordinária diurna de serviço docente pelo coeficiente 1,25.

Artigo 63.º

Prémio de desempenho

1 — O docente do quadro em efectividade de serviço docente tem direito a um prémio pecuniário de desempenho, a abonar numa única prestação, por cada duas avaliações de

desempenho consecutivas, ou três interpoladas, com menção qualitativa igual ou superior a Muito bom, de montante a fixar por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação, a publicar no Diário da República.

2—O prémio de desempenho a que se refere o número anterior é processado e pago numa única prestação no final do ano em que se verifique a aquisição deste direito.

3—A concessão do prémio é promovida oficiosamente pela respectiva escola ou agrupamento nos 30 dias após o termo do período de atribuição da avaliação.

4 — Quando o direito ao prémio de desempenho ocorra no mesmo ano civil em que houve progressão ao escalão seguinte da categoria, o mesmo é processado e pago no ano seguinte, tendo por referência o índice remuneratório que o docente auferia no período respeitante ao ciclo de avaliação.

NOTAS:

O despacho conjunto referido no n.º 1 não foi ainda alvo de publicação.

CAPÍTULO IX

Mobilidade

SUBCAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 64.º

Formas de mobilidade

1—São instrumentos de mobilidade dos docentes:

- a) O concurso;
- b) A permuta;
- c) A requisição;
- d) O destacamento;
- e) A comissão de serviço.

2—Constitui ainda uma forma de mobilidade a transição entre níveis ou ciclos de ensino e entre grupos de recrutamento.

3—Por iniciativa da Administração, pode ocorrer a mobilidade de docentes para outro estabelecimento de educação ou ensino ou zona pedagógica, independentemente do concurso, com fundamento em interesse público decorrente do planeamento e organização da rede escolar, sendo aplicados os procedimentos definidos em diploma próprio.

4 e 5 — *(Revogados)*

NOTAS:

O disposto no n.º 3 chegou a estar regulado no DL n.º 132/2012, de 27 de junho, contudo os

artigos desse diploma que o faziam, os artigos 47.º-A a F, nele introduzidos pela Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, foram revogados pela Lei n.º 12/2016, de 28 de abril, a qual revogou, igualmente, o artigo 64.º-A do ECD, que previa a aplicação do sistema de requalificação aos docentes.

Artigo 64.º -A (Revogado)

Artigo 65.º Concurso

O concurso visa o preenchimento das vagas existentes nos quadros de agrupamento, escola não agrupada ou de zona pedagógica, podendo constituir ainda um instrumento de mudança dos docentes de um para outro quadro.

Artigo 66.º Permuta

1—A permuta consiste na troca de docentes pertencentes à mesma categoria, nível e grau de ensino e ao mesmo grupo de recrutamento.

2—O Ministro da Educação e Ciência, por portaria, fixará as condições em que poderá ser autorizado o recurso à permuta.

NOTAS:

A Portaria a que alude o n.º 2 é a n.º 172/2017, de 30 de junho.

Artigo 67.º Requisição

1—A requisição de docentes visa assegurar o exercício transitório de funções nos serviços e organismos centrais e regionais do Ministério da Educação e Ciência, bem como nos órgãos e instituições sob a sua tutela.

2—A requisição pode ainda visar:

- a) O exercício transitório de tarefas excepcionais em qualquer serviço da administração central, regional ou local;
- b) O exercício de funções docentes em estabelecimentos de ensino superior;
- c) O exercício de funções docentes de educação ou de ensino não estatal;
- d) O exercício de funções docentes ou técnicas junto de federações desportivas que gozem do estatuto de utilidade pública desportiva;
- e) O exercício temporário de funções em empresas dos sectores público, privado ou cooperativo;
- f) O exercício de funções técnicas em comissões e grupos de trabalho;

g) O exercício de funções docentes no ensino e ou divulgação da língua e cultura portuguesas em instituições de ensino superior;

h) O exercício de funções em associações exclusivamente profissionais de pessoal docente.

3—À mobilidade dos docentes entre os quadros da administração central e das administrações regionais autónomas é igualmente aplicável o regime da requisição.

4—A entidade requisitante deve explicitar no seu pedido a natureza das funções a exercer pelo docente.

Artigo 68.º

Destacamento

O destacamento de docentes é admitido apenas para o exercício:

a) De funções docentes em estabelecimentos de educação ou de ensino públicos;

b) De funções docentes na educação extra-escolar;

c) (*Revogada*)

d) De funções docentes nas escolas europeias;

e) (*Revogada*)

Artigo 69.º

Duração da requisição e do destacamento

1—Os docentes podem ser requisitados ou destacados por um ano escolar, eventualmente prorrogáveis até ao limite de quatro anos escolares, incluindo o 1.º

2 — O limite previsto no número anterior é de nove anos no caso de funções docentes nas escolas europeias.

3—A requisição ou o destacamento podem ser dados por findos, a qualquer momento, por conveniência de serviço ou a requerimento fundamentado do docente.

4 — Findo o prazo previsto nos n.ºs 1 e 2, o docente:

a) Regressa à escola de origem, não podendo voltar a ser requisitado ou destacado durante o prazo de quatro anos escolares;

b) É reconvertido ou reclassificado em diferente carreira e categoria, de acordo com as funções que vinha desempenhando, os requisitos habilitacionais detidos, as necessidades dos serviços e o nível remuneratório que detenha, aplicando-se com as devidas adaptações o disposto na lei geral; ou

c) Requer a passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração.

5—Nas situações da alínea b) do número anterior, o docente é integrado no serviço onde se encontra requisitado ou destacado em lugar vago do respectivo quadro ou mediante a criação de lugar, a extinguir quando vagar.

6—O docente que regressar ao serviço após ter passado pela situação de licença prevista na alínea c) do n.º 3, fica impedido de ser requisitado ou destacado antes de decorrido um período mínimo de quatro anos escolares após o regresso.

NOTAS:

Sobre o limite imposto no n.º 2, o artigo 7º do DL 270/2009, de 30 de setembro, refere:

“9 — Ao pessoal docente que à data da entrada em vigor do presente decreto-lei (1 de outubro de 2009) se encontre em exercício de funções nas escolas europeias, nos termos do artigo 68.º do Estatuto da Carreira Docente, conta-se o tempo de serviço já prestado nessas funções para o efeito do limite fixado no n.º 2 do artigo 69.º do Estatuto da Carreira Docente.”

Artigo 70.º

Comissão de serviço

A comissão de serviço destina-se ao exercício de funções dirigentes na Administração Pública, de funções em gabinetes dos membros do Governo ou equiparados ou ainda de outras funções para as quais a lei exija esta forma de provimento.

Artigo 71.º

Autorização

1 — A autorização de destacamento, requisição, comissão de serviço e transferência de docentes é concedida por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, após parecer do órgão de direcção executiva do estabelecimento de educação ou de ensino a cujo quadro pertencem.

2 — A autorização prevista no número anterior deverá referir obrigatoriamente que se encontra assegurada a substituição do docente.

3—Por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação é fixado o período durante o qual podem, em cada ano escolar, ser requeridos o destacamento e a requisição de pessoal docente.

4—O destacamento, a requisição, a comissão de serviço e a transferência só produzem efeitos no início de cada ano escolar.

5—O disposto nos n.ºs 1 a 4 não é aplicável em caso de nomeação para cargo dirigente, ao exercício de funções em gabinetes dos membros do Governo, ou a outras funções na Administração Pública para as quais a lei exija a mesma forma de provimento, situação em que se aplica a legislação própria.

Artigo 72.º

Transição entre níveis de ensino e grupos de recrutamento

1—Os docentes podem transitar, por concurso, entre os diversos níveis ou ciclos de ensino previstos neste Estatuto e entre os grupos de recrutamento estabelecidos em legislação própria.

2—A transição fica condicionada à existência das qualificações profissionais exigidas para o nível, ciclo de ensino ou grupo de recrutamento a que o docente concorre.

3—(*Revogado*)

4—A mudança de nível, ciclo ou grupo de recrutamento não implica por si alterações na situação jurídico-funcional já detida, contando-se, para todos os efeitos, o tempo de serviço já prestado na carreira.

NOTAS:

A legislação própria, a que alude o n.º 1, que estabelece os grupos de recrutamento, é o Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 176/2014, de 12 de dezembro (que criou o grupo de Inglês do 1.º CEB), e 16/2018, de 7 de março (que criou o grupo de Língua Gestual Portuguesa).

SUBCAPÍTULO II

Exercício de funções docentes por outros funcionários

Artigo 73.º

Exercício a tempo inteiro de funções docentes

1—O exercício a tempo inteiro em estabelecimentos de educação ou de ensino públicos das funções docentes previstas no artigo 33.º do presente Estatuto pode ser assegurado por outros funcionários públicos que preencham os requisitos legalmente exigidos para o efeito.

2—As funções docentes referidas no número anterior são exercidas em regime de requisição ou outro instrumento de mobilidade geral.

Artigo 74.º

Acumulação de funções

A acumulação de cargo ou lugar da Administração Pública com o exercício de funções docentes em estabelecimento de educação ou de ensino públicos, ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, só é permitida nas situações de contratação previstas no artigo 33.º do presente Estatuto.

CAPÍTULO X

Condições de trabalho

SUBCAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 75.º

Regime geral

O pessoal docente rege-se em matéria de duração de trabalho, férias, faltas e licenças pelas disposições constantes dos subcapítulos seguintes.

SUBCAPÍTULO II

Duração de trabalho

Artigo 76.º

Duração semanal

1—O pessoal docente em exercício de funções é obrigado à prestação de trinta e cinco horas semanais de serviço.

2—O horário semanal dos docentes integra uma componente lectiva e uma componente não lectiva e desenvolve-se em cinco dias de trabalho.

3—No horário de trabalho do docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respectiva prestação semanal de trabalho, com excepção da componente não lectiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 82.º

NOTAS:

Para além do estabelecido nos artigos 76º a 85º do ECD, ver também Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho.

Artigo 77.º

Componente lectiva

1—A componente lectiva do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico é de vinte e cinco horas semanais.

2—A componente lectiva do pessoal docente dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial, é de vinte e duas horas semanais.

NOTAS:

O disposto no n.º 2, de acordo com o n.º 1 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho, é também aplicável aos docentes do grupo de recrutamento de Inglês do 1.º CEB.

Artigo 78.º

Organização da componente lectiva

1—Na organização da componente lectiva será tido em conta o máximo de turmas disciplinares a atribuir a cada docente, de molde a, considerados os correspondentes programas, assegurar-lhe o necessário equilíbrio global, garantindo um elevado nível de qualidade ao ensino.

2—A componente lectiva do horário do docente corresponde ao número de horas leccionadas e abrange todo o trabalho com a turma ou grupo de alunos durante o período de leccionação da disciplina ou área curricular não disciplinar.

3—Não é permitida a distribuição ao docente de mais de seis horas lectivas consecutivas, de acordo com os períodos referidos no n.º 2 do artigo 94.º

Artigo 79.º

Redução da componente lectiva

1—A componente lectiva do trabalho semanal a que estão obrigados os docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educação especial é reduzida, até ao limite de oito horas, nos termos seguintes:

a) De duas horas logo que os docentes atinjam 50 anos de idade e 15 anos de serviço docente;

b) De mais duas horas logo que os docentes atinjam 55 anos de idade e 20 anos de serviço docente;

c) De mais quatro horas logo que os docentes atinjam 60 anos de idade e 25 anos de serviço docente.

2 — Os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico em regime de monodocência, que completarem 60 anos de idade, independentemente de outro requisito, podem requerer a redução de cinco horas da respectiva componente lectiva semanal.

3 — Os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico que atinjam 25 e 33 anos de serviço lectivo efectivo em regime de monodocência podem ainda requerer a concessão de dispensa total da componente lectiva, pelo período de um ano escolar.

4—As reduções ou a dispensa total da componente lectiva previstas nos números anteriores apenas produzem efeitos no início do ano escolar imediato ao da verificação dos requisitos exigidos.

5—A dispensa prevista no n.º 3 pode ser usufruída num dos cinco anos imediatos àquele em que se verificar o requisito exigido, ponderada a conveniência do serviço.

6—A redução da componente lectiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, nos termos dos números anteriores, determina o acréscimo correspondente da

componente não lectiva a nível de estabelecimento de ensino, mantendo-se a obrigatoriedade de prestação pelo docente de trinta e cinco horas de serviço semanal.

7—Na situação prevista no n.º 3, a componente não lectiva de estabelecimento é limitada a vinte e cinco horas semanais e preenchida preferencialmente pelas actividades previstas nas alíneas d), f), g), i), j) e n) do n.º 3 do artigo 82.º

NOTAS:

Sobre esta redução da componente letiva, o artigo 13º do DL 75/2010, de 23 de junho, refere que “Até à completa transição entre o regime de redução da componente lectiva previsto na redacção anterior ao Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, e o mesmo regime que resulta da redacção deste decreto-lei, incluindo o previsto para os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, continua aplicar-se o disposto no seu artigo 18.º”, estabelecendo este último o seguinte:

“Artigo 18.º

Salvaguarda de redução da componente lectiva

1—Aos docentes que à data da entrada em vigor do presente decreto-lei beneficiem das regras da redução da componente lectiva estabelecidas no artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente, na redacção do Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, aplicam-se as seguintes regras:

a) Mantêm a redução que já lhes tiver sido atribuída em função da idade e tempo de serviço completados à data da entrada em vigor do presente decreto-lei;

b) Os docentes que já tiverem beneficiado da redução de oito horas da componente lectiva mantêm essa redução, não podendo beneficiar das reduções previstas no n.º 1 do mesmo artigo, tal como alterado pelo presente decreto-lei;

c) Os docentes que já tiverem beneficiado da redução de duas, quatro ou seis horas da componente lectiva mantêm essa redução, podendo beneficiar das reduções previstas no n.º 1 do mesmo artigo, tal como alterado pelo presente decreto-lei, até ao limite de oito horas, quando preencherem os requisitos ali previstos.

2—O disposto no n.º 3 do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente, tal como alterado pelo presente decreto-lei, não se aplica aos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico que sejam abrangidos pelo regime transitório de aposentação previsto nos n.ºs 7 a 9 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de Dezembro.”

Artigo 80.º

Exercício de outras funções pedagógicas

1—O desempenho de cargos de natureza pedagógica, designadamente de orientação educativa e de supervisão pedagógica, dá lugar a redução da componente lectiva.

2—Ao número de horas de redução da componente lectiva a que os docentes tenham direito pelo exercício de funções pedagógicas são subtraídas as horas correspondentes à redução da componente lectiva semanal de que os mesmos beneficiem em função da sua idade e tempo de serviço.

3—A redução da componente lectiva prevista no n.º 1 é fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

NOTAS:

O diploma, referido no n.º 3 é o Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho.

Artigo 81.º

(Revogado)

Artigo 82.º

Componente não lectiva

1—A componente não lectiva do pessoal docente abrange a realização de trabalho a nível individual e a prestação de trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino.

2—O trabalho a nível individual pode compreender, para além da preparação das aulas e da avaliação do processo ensino-aprendizagem, a elaboração de estudos e trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica.

3—O trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino deve ser desenvolvido sob orientação das respectivas estruturas pedagógicas intermédias com o objectivo de contribuir para a realização do projecto educativo da escola, podendo compreender, em função da categoria detida, as seguintes actividades:

a) A colaboração em actividades de complemento curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;

b) A informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;

c) A participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas;

d) A participação, devidamente autorizada, em acções de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didáctica com ligação à matéria curricular leccionada, bem como as relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola definidas no respectivo projecto educativo ou plano de actividades;

e) A substituição de outros docentes do mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na situação de ausência de curta duração, nos termos do n.º 5;

f) A realização de estudos e de trabalhos de investigação que entre outros objectivos visem contribuir para a promoção do sucesso escolar e educativo;

g) A assessoria técnico-pedagógica de órgãos de administração e gestão da escola ou agrupamento;

h) O acompanhamento e apoio aos docentes em período probatório;

i) O desempenho de outros cargos de coordenação pedagógica;

j) O acompanhamento e a supervisão das actividades de enriquecimento e complemento curricular;

l) A orientação e o acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares;

m) O apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;

n) A produção de materiais pedagógicos.

4—A distribuição de serviço docente a que se refere o número anterior é determinada pelo órgão de direcção executiva, ouvido o conselho pedagógico e as estruturas de coordenação intermédias, de forma a:

a) Assegurar que as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos são satisfeitas;

b) Permitir a realização de actividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar.

5—Para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3, considera-se ausência de curta duração a que não for superior a 5 dias lectivos na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico ou a 10 dias lectivos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário.

6—O docente incumbido de realizar as actividades referidas na alínea e) do n.º 3 deve ser avisado, pelo menos, no dia anterior ao início das mesmas.

7—A substituição prevista na alínea e) do n.º 3, tem lugar nos seguintes termos:

a) Preferencialmente, mediante permuta da actividade lectiva programada entre os docentes da mesma turma ou entre docentes legalmente habilitados para a leccionação da disciplina, no âmbito do departamento curricular ou do conselho de docentes;

b) Mediante leccionação da aula correspondente por um docente do quadro com formação adequada e componente lectiva incompleta, de acordo com o planeamento diário elaborado pelo docente titular de turma ou disciplina;

c) Através da organização de actividades de enriquecimento e complemento curricular que possibilitem a ocupação educativa dos alunos, quando não for possível assegurar as actividades curriculares nas condições previstas nas alíneas anteriores.

Artigo 83.º

Serviço docente extraordinário

1 — Considera-se serviço docente extraordinário aquele que, por determinação do órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, for prestado além do número de horas das componentes lectiva e não lectiva registadas no horário semanal de trabalho do docente.

2—(*Revogado*)

3—O docente não pode recusar-se ao cumprimento do serviço extraordinário que lhe for distribuído resultante de situações ocorridas no decurso do ano lectivo, podendo no entanto solicitar dispensa da respectiva prestação por motivos atendíveis.

4—O serviço docente extraordinário não pode exceder cinco horas por semana, salvo casos excepcionais devidamente fundamentados e autorizados pelo director regional.

5—(*Revogado*)

6—O cálculo do valor da hora lectiva extraordinária tem por base a duração da componente lectiva do docente, nos termos previstos no artigo 77.º do presente Estatuto.

7—Não deve ser distribuído serviço docente extraordinário aos docentes que se encontrem ao abrigo do Estatuto do Trabalhador-Estudante e apoio a filhos deficientes, e ainda àqueles que beneficiem de redução ou dispensa total da componente lectiva nos termos do artigo 79.º, salvo nas situações em que tal se manifeste necessário para completar o horário semanal do docente em função da carga horária da disciplina que ministra.

Artigo 84.º

Serviço docente nocturno

1—Considera-se serviço docente nocturno o que estiver fixado no regime geral da função pública.

2—Para efeitos de cumprimento da componente lectiva, as horas de serviço docente nocturno são bonificadas com o factor 1,5, arredondado por defeito.

NOTAS:

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 223.º do Código do Trabalho, para onde remete o artigo 101.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, considera-se noturno o serviço docente prestado entre as 22 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte.

Artigo 85.º

Tempo parcial

Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º, o pessoal docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário pode exercer funções em regime de tempo parcial, nos termos previstos para os demais funcionários e agentes da Administração Pública.

SUBCAPÍTULO III

Férias, faltas e licenças

Artigo 86.º

Regime geral

1—Ao pessoal docente aplica-se a legislação geral em vigor na função pública em matéria de férias, faltas e licenças, com as adaptações constantes das secções seguintes.

2—Para efeitos do disposto no número anterior entende-se por:

a) Serviço—os agrupamentos de escola ou as escolas não agrupadas;

b) Dirigente e dirigente máximo—o órgão de direcção executiva da escola ou do agrupamento de escolas.

3—As autorizações previstas na legislação geral sobre a matéria regulada no presente subcapítulo podem ser concedidas desde que salvaguardada a possibilidade de substituição dos docentes.

SECÇÃO I

Férias

Artigo 87.º

Direito a férias

1—O pessoal docente tem direito em cada ano ao período de férias estabelecido na lei geral.

2—O pessoal docente contratado em efectividade de serviço à data em que termina o ano lectivo e com menos de um ano de docência tem direito ao gozo de um período de férias igual ao produto do número inteiro correspondente a dois dias e meio por mês completo de serviço prestado até 31 de Agosto pelo coeficiente 0,833, arredondado para a unidade imediatamente superior.

3—Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se como mês completo de serviço o período de duração superior a 15 dias.

NOTAS:

A duração do período de férias encontra-se estabelecida no artigo 126º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Artigo 88.º

Período de férias

1—As férias do pessoal docente em exercício de funções são gozadas entre o termo de um ano lectivo e o início do ano lectivo seguinte.

2—As férias podem ser gozadas num único período ou em dois interpolados, um dos quais com a duração mínima de oito dias úteis consecutivos.

3—O período ou períodos de férias são marcados tendo em consideração os interesses dos docentes e a conveniência da escola, sem prejuízo de em todos os casos ser assegurado o funcionamento dos estabelecimentos de educação ou de ensino.

4—Não se verificando acordo, as férias serão marcadas pelo órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, nos termos previstos no n.º 1.

Artigo 89.º

Acumulação de férias

As férias respeitantes a determinado ano podem, por conveniência de serviço ou por interesse do docente, ser gozadas no ano civil imediato, em acumulação com as vencidas

neste, até ao limite de 30 dias úteis, salvaguardados os interesses do estabelecimento de educação ou de ensino e mediante acordo do respectivo órgão de administração e gestão.

Artigo 90.º

Interrupção do gozo de férias

Durante o gozo do período de férias o pessoal docente não deve ser convocado para a realização de quaisquer tarefas.

SECÇÃO II

Interrupção da actividade lectiva

Artigo 91.º

Interrupção da actividade

1—Durante os períodos de interrupção da actividade lectiva, a distribuição do serviço docente para cumprimento das necessárias tarefas de natureza pedagógica ou organizacional, designadamente as de avaliação e planeamento, consta de um plano elaborado pelo órgão de direcção executiva do estabelecimento de educação ou de ensino do qual deve ser dado prévio conhecimento aos docentes.

2—Na elaboração do plano referido no número anterior deve ser tido em conta que os períodos de interrupção da actividade lectiva podem ainda ser utilizados pelos docentes para a frequência de acções de formação e para a componente não lectiva de trabalho individual.

Artigos 92.º e 93.º

(Revogados)

SECÇÃO III

Faltas

Artigo 94.º

Conceito de falta

1—Falta é a ausência do docente durante a totalidade ou parte do período diário de presença obrigatória no estabelecimento de educação ou de ensino, no desempenho de actividade das componentes lectiva e não lectiva, ou em local a que deva deslocar-se no exercício de tais funções.

2—As faltas dadas a tempos registados no horário individual do docente são referenciadas a:

a) Períodos de uma hora, tratando-se de docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;

b) Períodos de quarenta e cinco minutos, tratando-se de docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

3 — A ausência do docente a um dos tempos de uma aula de 90 minutos de duração é registada nos termos da alínea b) do número anterior.

4 — (*Revogado*)

5 — É considerado um dia de falta a ausência a um número de horas igual ao quociente da divisão por cinco do número de horas de serviço docente que deva ser obrigatoriamente registado no horário semanal do docente.

6 — É ainda considerada falta a um dia:

a) A ausência do docente a serviço de exames;

b) A ausência do docente a reuniões que visem a avaliação sumativa de alunos.

7 — A ausência a outras reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos da lei é considerada falta do docente a dois tempos lectivos.

8 — As faltas por períodos inferiores a um dia são adicionadas no decurso do ano escolar para efeitos do disposto no n.º 5.

9 — As faltas a serviço de exames, bem como a reuniões que visem a avaliação sumativa de alunos, apenas podem ser justificadas por casamento, por maternidade e paternidade, por nascimento, por falecimento de familiar, por doença, por doença prolongada, por acidente em serviço, por isolamento profiláctico e para cumprimento de obrigações legais, tal como regulado na lei.

10 — A falta ao serviço lectivo que dependa de autorização apenas pode ser permitida quando o docente tenha apresentado à direcção executiva da escola o plano da aula a que pretende faltar.

Artigo 95.º a 98.º

(*Revogados*)

Artigo 99.º

Regresso ao serviço no decurso do ano escolar

1 — O docente que, tendo passado à situação de licença sem vencimento de longa duração na sequência de doença, regresse ao serviço no decurso do ano escolar permanecerá no quadro a que pertence em funções de apoio até ao início do ano escolar seguinte.

2 — O regresso ao serviço nos termos do número anterior depende de parecer favorável da junta médica.

Artigo 100.º

Junta médica

1—Sem prejuízo das competências reconhecidas por lei à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, a referência à junta médica prevista na lei geral e no presente diploma considera-se feita às juntas médicas das direcções regionais de educação.

2 — Há ainda lugar à intervenção da junta médica da direcção regional de educação nas situações de licença por gravidez de risco clínico prevista no Código do Trabalho.

Artigo 101.º

Condição de trabalhador-estudante

1—É trabalhador-estudante para efeitos do presente Estatuto, o docente que frequente instituição de ensino superior tendo em vista a obtenção de grau académico ou de pós-graduação e desde que esta se destine ao seu desenvolvimento profissional na docência.

2—Aos docentes abrangidos pelo Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser distribuído serviço lectivo extraordinário no início do ano escolar, sendo obrigatório o respectivo cumprimento, excepto nos dias em que beneficiem das dispensas ou faltas previstas na legislação sobre trabalhadores-estudantes.

3—Na organização dos horários, o órgão competente deve, sempre que possível, definir um horário de trabalho que possibilite ao docente a frequência das aulas dos cursos referidos no n.º 1 e a inerente deslocação para os respectivos estabelecimentos de ensino.

NOTAS:

Com as especificidades previstas no presente artigo, o estatuto de trabalhador-estudante encontra-se fixado nos artigos 89.º a 96.º-A do Código do Trabalho, para onde remete o n.º 1, alínea g), do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Artigo 102.º

Faltas por conta do período de férias

1 — O docente pode faltar um dia útil por mês, por conta do período de férias, até ao limite de sete dias úteis por ano.

2—As faltas previstas no presente artigo quando dadas por docente em período probatório apenas podem ser descontadas nas férias do próprio ano.

3—O docente que pretenda faltar ao abrigo do disposto no presente artigo deve solicitar, com a antecedência mínima de três dias úteis, autorização escrita ao órgão de direcção executiva do respectivo estabelecimento de educação ou de ensino, ou se tal não for comprovadamente possível, no próprio dia, por participação oral, que deve ser reduzida a escrito no dia em que o docente regressar ao serviço.

4—As faltas a tempos lectivos por conta do período de férias são computadas nos termos previstos do n.º 5 do artigo 94.º, até ao limite de quatro dias, a partir do qual são consideradas faltas a um dia.

Artigo 103.º

Prestação efectiva de serviço

Para efeitos de aplicação do disposto no presente Estatuto, consideram-se ausências equiparadas a prestação efectiva de serviço, para além das consagradas em legislação própria, ainda as seguintes:

- a) Assistência a filhos menores;
- b) Doença;
- c) Doença prolongada;
- d) Prestação de provas de avaliação por trabalhador-estudante abrangido pelo n.º 1 do artigo 101.º;
- e) Licença sabática e equiparação a bolseiro;
- f) Dispensas para formação nos termos do artigo 109.º;
- g) Exercício do direito à greve;
- h) Prestação de provas de concurso.

NOTAS:

Em síntese, nos termos deste artigo, as ausências consideradas equiparadas a prestação efetiva de serviço, são as seguintes:

- Faltas a tempos, Exames e Reuniões
- Faltas por conta do período de Férias
- Faltas por Casamento
- Faltas por nojo
- Faltas por evicção
- Faltas por doença
- Faltas por doença prolongada
- Faltas por acidente em serviço ou doença profissional
- Faltas para tratamento ambulatorio, consultas médicas, exames de diagnóstico
- Faltas para assistência a menores de 10 anos
- Faltas para assistência a familiares
- Faltas para assistência a netos
- Faltas ao abrigo do estatuto de Trabalhador Estudante
- Faltas para doação de sangue; socorrismo
- Faltas para cumprimento de obrigações
- Faltas para prestação de provas de Concurso
- Faltas por motivos não imputáveis ao docente
- Ausências por motivo de greve
- Faltas de Titulares do órgão sociais e membros das associações de pais
- Faltas por gravidez de risco

- Faltas para consultas pré-natais e preparação para o parto
- Faltas para assistência a pessoa com deficiência ou doença crónica
- Faltas para Prestação de serviço militar obrigatório
- Faltas por suspensão preventiva sem pena efetiva
- Faltas dos membros eleitorais, elementos da mesa e candidatos a eleições
- Dispensas para amamentação e aleitação
- Dispensas para formação
- Dispensa de Equiparação a bolseiro
- Dispensa para atividade sindical
- Licença para exercício de funções em organismo internacional com carácter precário ou experimental
- Licença para exercício de funções em organismo internacional como funcionário ou agente
- Licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau
- Licença por maternidade
- Licença por paternidade
- Licença por adoção
- Licença parental
- Licença sabática
- Licença extraordinária alta competição

Artigo 104.º

(Revogado)

SECÇÃO IV

Licenças

Artigo 105.º

Licença sem vencimento até 90 dias

1—O docente provido definitivamente num lugar dos quadros com, pelo menos, três anos de serviço docente efectivo pode requerer em cada ano civil licença sem vencimento até 90 dias, a gozar seguidamente.

2—A licença sem vencimento é autorizada por períodos de 30, 60 ou 90 dias.

3—O gozo de licença sem vencimento até 90 dias impede que seja requerida nova licença da mesma natureza no prazo de três anos.

4—O docente a quem a licença tenha sido concedida só pode regressar ao serviço após o gozo integral daquela.

Artigo 106.º

Licença sem vencimento por um ano

1—O gozo de licença sem vencimento por um ano pelo pessoal docente é obrigatoriamente coincidente com o início e o termo do ano escolar.

2—O período de tempo de licença é contado para efeitos de aposentação, sobrevivência e fruição dos benefícios da ADSE se o docente mantiver os correspondentes descontos com base na remuneração auferida à data da sua concessão.

Artigo 107.º

Licença sem vencimento de longa duração

1—O docente provido definitivamente num lugar dos quadros com, pelo menos, cinco anos de serviço docente efectivo pode requerer licença sem vencimento de longa duração.

2—O início e o termo da licença sem vencimento de longa duração são obrigatoriamente coincidentes com as datas de início e de termo do ano escolar.

3—O docente em gozo de licença sem vencimento de longa duração pode requerer, nos termos do número anterior, o regresso ao quadro de origem, numa das vagas existentes no respectivo grupo de docência ou na primeira que venha a ocorrer no quadro a que pertence.

4—Para efeitos de regresso ao quadro de origem, o docente deve apresentar o respectivo requerimento até ao final do mês de Setembro do ano lectivo anterior àquele em que pretende regressar.

5—O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de o docente se apresentar a concurso para colocação num lugar dos quadros, quando não existir vaga no quadro de origem.

6—No caso de o docente não obter colocação por concurso em lugar do quadro, mantém-se na situação de licença sem vencimento de longa duração, com os direitos previstos nos números anteriores.

Artigo 108.º

Licença sabática

1—Ao docente nomeado definitivamente em lugar do quadro, com avaliação do desempenho igual ou superior a Bom e, pelo menos, oito anos de tempo de serviço ininterrupto no exercício efectivo de funções docentes, pode ser concedida licença sabática, pelo período de um ano escolar, nas condições a fixar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

2—A licença sabática corresponde à dispensa da actividade docente, destinando-se à formação contínua, à frequência de cursos especializados ou à realização de investigação aplicada que sejam incompatíveis com a manutenção de desempenho de serviço docente.

NOTAS:

O diploma, referido no n.º 1, que fixa as condições de concessão da licença sabática é a Portaria n.º 350/2008, de 5 de maio.

SECÇÃO V

Dispensas

Artigo 109.º

Dispensas para formação

1—Ao pessoal docente podem ser concedidas dispensas de serviço docente para participação em actividades de formação destinadas à respectiva actualização, nas condições a regulamentar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, com as especialidades previstas nos números seguintes.

2—As dispensas para formação da iniciativa de serviços centrais, regionais ou do agrupamento de escolas ou escola não agrupada a que o docente pertence são concedidas preferencialmente na componente não lectiva do horário do docente.

3—Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a formação de iniciativa do docente é autorizada durante os períodos de interrupção da actividade lectiva.

4—Quando for comprovadamente inviável ou insuficiente a utilização das interrupções lectivas, a formação a que se refere o número anterior pode ser realizada nos períodos destinados ao exercício da componente não lectiva nas seguintes condições:

- a) Tratando-se de educadores de infância;
- b) Nos restantes casos, até ao limite de dez horas por ano escolar.

5—A dispensa a que se refere o presente artigo não pode exceder, por ano escolar, cinco dias úteis seguidos ou oito interpolados.

NOTAS:

A Portaria, referida no n.º 1, que estabelece as condições de concessão de dispensas de serviço docente para participação em actividades de formação é a n.º 345/2008, de 30 de abril.

SECÇÃO VI

Equiparação a bolseiro

Artigo 110.º

Equiparação a bolseiro

1—A concessão da equiparação a bolseiro ao pessoal docente rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto, com as especialidades constantes de portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

2—O período máximo pelo qual for concedida a equiparação a bolseiro, incluindo a autorizada a tempo parcial, é deduzido em 50% na redução de tempo de serviço prevista no artigo 54.º

3—A concessão de equiparação a bolseiro não pode anteceder ou suceder à licença sabática sem que decorra um período mínimo de dois anos escolares de intervalo.

4—O docente que tiver beneficiado do estatuto de equiparado a bolseiro é obrigado a prestar a sua actividade efectiva no Ministério da Educação e Ciência pelo número de anos correspondente à totalidade do período de equiparação que lhe tiver sido concedido.

5—O não cumprimento do estabelecido no número anterior retira a possibilidade de concessão de nova equiparação e obriga à reposição de todos os vencimentos percebidos pelo docente durante o período em que beneficiou desta condição.

NOTAS:

A Portaria referida no n.º 1 é a n.º 841/2009, de 3 de agosto.

SECÇÃO VII

Acumulação

Artigo 111.º

Acumulações

1—Aos docentes integrados na carreira pode ser autorizada a acumulação do exercício de funções docentes em estabelecimentos de educação ou de ensino com:

a) Actividades de carácter ocasional que possam ser consideradas como complemento da actividade docente;

b) O exercício de funções docentes ou de formação em outros estabelecimentos de educação ou de ensino.

2 — Consideram-se impossibilitados de acumular outras funções os docentes que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

a) Em período probatório;

b) Nas situações a que se refere o n.º 3 do artigo 48.º;

c) Em situação de licença sabática ou de equiparação a bolseiro.

3—O regime de acumulação a que se referem os números anteriores é igualmente aplicável aos docentes em regime de contrato e horário completo.

4—Por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e da Administração Pública são fixados os termos e as condições em que é permitida a acumulação referida nos números anteriores.

NOTAS:

A Portaria a que se refere o n.º 4 é a n.º 814/2005, de 13 de setembro.

CAPÍTULO XI

Regime disciplinar

Artigo 112.º

Princípio geral

Ao pessoal docente é aplicável o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, com as adaptações que a seguir se prevêm.

NOTAS:

O regime disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas encontra-se fixado nos artigos 176.º a 240.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Artigo 113.º

Responsabilidade disciplinar

1—Os docentes são disciplinarmente responsáveis perante o órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino onde prestam funções.

2—Os membros do órgão de administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino são disciplinarmente responsáveis perante o competente director regional de educação.

Artigo 114.º

Infracção disciplinar

Constitui infracção disciplinar a violação, ainda que meramente culposa, de algum dos deveres gerais ou específicos que incumbem ao pessoal docente.

Artigo 115.º

Processo disciplinar

1—A instauração de processo disciplinar é da competência do órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino.

2—Sendo o arguido membro do órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, a competência cabe ao director regional de educação.

3—A instauração de processo disciplinar em consequência de acções inspectivas da Inspeção-Geral da Educação é da competência do inspector-geral da Educação, com possibilidade de delegação nos termos gerais.

4—A nomeação do instrutor é da competência da entidade que mandar instaurar o processo disciplinar, nos termos do artigo 51º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

5—A instauração do processo disciplinar, nos termos do n.º 1, é comunicada imediatamente à respectiva delegação regional da Inspeção-Geral da Educação, à qual pode ser solicitado o apoio técnico-jurídico considerado necessário.

6—Excepcionalmente, pode a entidade que mandar instaurar processo disciplinar solicitar à respectiva delegação regional da Inspeção-Geral da Educação, a nomeação do instrutor, com fundamento na manifesta impossibilidade da sua nomeação.

7—A suspensão preventiva é proposta pelo órgão de administração e gestão da escola ou pelo instrutor do processo e decidida pelo director regional de educação ou pelo Ministro da Educação e Ciência, conforme o arguido seja docente ou membro do órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino.

8—O prazo previsto no n.º 1 do artigo 54º do Estatuto Disciplinar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, pode ser prorrogado até ao final do ano lectivo, sob proposta da entidade competente para instaurar o processo disciplinar e com os fundamentos previstos na lei.

NOTAS:

1- Estando já extintas as designadas Direções Regionais de Educação, a referência ao "director regional de educação" que é efetuada no n.º 2 terá de se considerar como efetuada ao delegado/a regional da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE);

2- As referências ao entretanto revogado "Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local" (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de janeiro) que são aqui feitas nos números 4 e 8, terão de se considerar como efetuadas, respetivamente, ao artigo 208.º e ao n.º 1 do artigo 211.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Artigo 116.º

Aplicação das penas

1—A aplicação da pena de repreensão escrita é da competência do órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino.

2—A aplicação das penas de multa, suspensão e inactividade é da competência dos directores regionais de educação.

3—A aplicação das penas expulsivas é da competência do Ministro da Educação e Ciência.

NOTAS:

Estando já extintas as designadas Direções Regionais de Educação, a referência aos "directores regionais de educação" que é efetuada no n.º 2 terá de se considerar como efetuada aos delegados/as regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

Artigo 117.º

Aplicação de penas aos contratados

1—A aplicação de pena disciplinar de suspensão a docentes não pertencentes aos quadros determina a não renovação do contrato, podendo implicar a imediata cessação do contrato se o período de afastamento da função docente for igual ou superior ao período durante o qual, no âmbito desse contrato, prestou funções.

2—A aplicação de penas disciplinares expulsivas a docentes não pertencentes aos quadros determina a incompatibilidade para o exercício de funções docentes nos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos.

CAPÍTULO XII

Limite de idade e aposentação

Artigo 118.º

(Revogado)

Artigo 119.º

Aposentação

São aplicáveis ao pessoal docente os Estatutos da Aposentação e das Pensões de Sobrevivência dos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

NOTAS:

O estatuto da aposentação foi inicialmente aprovado pelo DL 498/72, de 9 de dezembro, tendo já sido alvo de mais de 30 alterações.

Artigo 120.º e 121.º

(Revogados)

CAPÍTULO XIII

Disposições transitórias e finais

SUBCAPÍTULO I

Disposições transitórias

Artigo 122.º a 128.º

(Revogados)

SUBCAPÍTULO II

Disposições finais

Artigo 129.º

Educadores de infância e professores do ensino primário

1—As disposições constantes do presente Estatuto, bem como os efeitos delas decorrentes, previstas para os docentes profissionalizados com bacharelato são

igualmente aplicáveis a todos os educadores de infância e professores do ensino primário em exercício de funções.

2— Aos actuais educadores de infância e professores do ensino primário portadores de habilitação profissional e de habilitação académica que ao tempo em que foi obtida fosse considerada como suficiente para o acesso ao ensino superior concedida equivalência ao bacharelato para efeitos de candidatura a prosseguimento de estudos.

Artigo 130.º e 131.º

(Revogados)

Artigo 132.º

Contagem do tempo de serviço

1— Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4, a contagem do tempo de serviço do pessoal docente, incluindo o prestado em regime de tempo parcial, considerado para efeitos de antiguidade, obedece às regras gerais aplicáveis aos restantes funcionários e agentes da Administração Pública.

2— (Revogado.)

3 — A contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente obedece ainda ao disposto nos artigos 37.º, 38.º, 39.º, 48.º e 54.º.

4— A contagem do tempo de serviço do pessoal docente é feita por ano escolar.

Artigo 133.º

Docentes dos ensinos particular e cooperativo

1 — O ingresso na carreira dos docentes oriundos do ensino particular e cooperativo efectua-se para o escalão que lhe competiria caso tivessem ingressado nas escolas da rede pública, desde que verificados os requisitos de tempo de serviço nos termos do presente Estatuto, em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

2— O período probatório realizado no ensino particular e cooperativo é válido para efeitos de provimento definitivo na carreira docente quando realizado mediante acreditação do Ministério da Educação e Ciência, nos termos e condições a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

NOTAS:

1- A Portaria a que se refere o n.º 1 é a n.º 119/2018, de 4 de maio;

2- A Portaria a que se refere o n.º 2 não se encontra ainda publicada.

Artigo 134.º

Conselho científico para avaliação de professores

1—É criado, na dependência directa do membro do Governo responsável pela área da educação, o conselho científico para a avaliação de professores com a missão de implementar e assegurar o acompanhamento e monitorização do novo regime de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

2—O presidente do conselho científico para a avaliação de professores é equiparado a cargo de direcção superior de 1.º grau.

3—A composição e modo de funcionamento do conselho são definidos por decreto regulamentar.

NOTAS:

O diploma referido no n.º 3 é o Decreto Regulamentar n.º 4/2008, de 5 de fevereiro.

Artigo 135.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não esteja especialmente regulado e não contrarie o disposto no presente Estatuto e respectiva legislação complementar, são aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições constantes da legislação geral da função pública.

ANEXO

Tabela a que se referem o n.º 4 do artigo 34.º e o n.º 1 do artigo 59.º do Estatuto

Índices	Escalões									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
	167	188	205	218	235	245	272	299	340	370

Transição para a estrutura da carreira aprovada pelo DL n.º 75/2010, de 23 de junho, conforme aí previsto

“Artigo 7.º

Transição de carreira docente

1 — Os docentes que, independentemente da categoria, se encontram posicionados nos escalões da estrutura da carreira docente prevista no Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, transitam para a categoria de professor da nova estrutura de carreira para índice a que corresponda montante pecuniário de remuneração base idêntico ao que actualmente auferem.

2 — Excepcionam-se do disposto no número anterior:

a) Os docentes que, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, se encontram abrangidos pelo regime transitório constante dos n.ºs 1, 2, 5 e 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, os quais completam o tempo de serviço docente para efeitos de progressão na carreira e avaliação do desempenho aí exigido, findo o qual transitam para a nova estrutura de carreira nos seguintes escalões:

i) 1.º escalão para os docentes abrangidos pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º do Decreto -Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro;

ii) 5.º escalão para os docentes abrangidos pelos n.ºs 5 e 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, sem prejuízo das regras fixadas no Estatuto da Carreira Docente para a progressão a este escalão;

b) Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, sejam detentores da categoria de professor titular, posicionados no índice 245 há mais de quatro anos e menos de cinco para efeitos de progressão na carreira, transitam para a categoria de professor da nova estrutura da carreira reposicionados no índice 272, desde que cumulativamente:

i) Tenham obtido no ciclo de avaliação do desempenho de 2007-2009 no mínimo a menção qualitativa de *Bom*;

ii) Tenham obtido na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio, classificação igual ou superior a *Satisfaz*;

c) Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 245 há pelo menos seis anos para efeitos de progressão na carreira, transitam para a categoria de professor da nova estrutura da carreira reposicionados no índice 299, desde que cumulativamente:

i) Tenham obtido no ciclo de avaliação do desempenho de 2007-2009 no mínimo a menção qualitativa de *Bom*;

ii) Tenham obtido na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio, classificação igual ou superior a *Satisfaz*.

3 — Da transição entre estruturas de carreira não pode decorrer diminuição do valor da remuneração base auferida pelo docente.

4 — O tempo de serviço já prestado pelos docentes no escalão e índice da estrutura da carreira definida pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, independentemente da categoria, à data da transição, é contabilizado no escalão e índice de integração para efeitos de progressão na carreira.

5 — Excepciona-se do disposto no número anterior os docentes previstos nas alíneas b) e c) do n.º 2, cujo tempo de serviço no índice de reposicionamento é contabilizado a partir da data da sua efectivação.

6 — A transição para o índice e escalão da nova estrutura de carreira efectua-se sem quaisquer formalidades, para além da elaboração, pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada, de uma lista nominativa de transição a afixar em local apropriado que possibilite a consulta pelos interessados.

7 — Continua a aplicar-se aos docentes do nível de qualificação 2 a que se refere o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 312/99, de 10 de Agosto, o disposto no n.º 9 do artigo 10.º do Decreto -Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro.

Artigo 8.º

Regime especial de reposicionamento indiciário

1 — Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 245 há mais de cinco anos e menos de seis para efeitos de progressão na carreira, são reposicionados no índice 299 de acordo com as seguintes regras cumulativas:

- a) No momento em que perfizerem seis anos de tempo de serviço no índice para efeitos de progressão na carreira;
- b) Tenham obtido no ciclo de avaliação do desempenho de 2007 -2009 no mínimo a menção qualitativa de *Bom*;
- c) Tenham obtido na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio, classificação igual ou superior a *Satisfaz*.

2 — Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 340 são, a partir do ano civil de 2012, reposicionados no índice 370, de acordo com as seguintes regras cumulativas:

- a) Possuam no índice pelo menos seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira;
- b) Reúnam os requisitos legais necessários para a aposentação, incluindo a antecipada, e demonstrem que a requereram;
- c) Tenham obtido nos dois ciclos de avaliação do desempenho imediatamente anteriores a menção qualitativa mínima de *Bom*.

3 — A contabilização do tempo de serviço no índice e escalão de reposicionamento é efectuado da seguinte forma:

- a) À data em que perfizeram o tempo de serviço exigido no índice 245, no caso dos docentes previstos no n.º 1;
- b) À data em que perfizeram o tempo de serviço exigido no índice 340, caso seja posterior a 1 de Janeiro de 2012, ou nesta data, caso tenha sido completado anteriormente, relativamente aos docentes previstos no número anterior.

Artigo 10.º

Garantia durante o período transitório

1 — Da transição entre a estrutura da carreira regulada pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, e a estrutura da carreira definida no presente decreto-lei não podem ocorrer ultrapassagens de posicionamento nos escalões da carreira por docentes que, no momento da entrada em vigor do presente decreto-lei, tivessem menos tempo de serviço nos escalões.

2 — Enquanto se mantiverem docentes no regime previsto nos n.ºs 1, 2, 5 e 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, os docentes que forem contratados ou integrados na carreira são remunerados por índice igual ao dos docentes abrangidos por aquele artigo com igual tempo de serviço docente e qualificação profissional, aplicando-se as regras de reposicionamento salarial previstas naquelas disposições.

Artigo 12.º

Fim de período de transição

1 — O período de transição previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, termina no dia 31 de Dezembro de 2010, após o qual os docentes ainda abrangidos directamente por essa norma ou que se encontrem igualmente a vencer pelo índice 151 em virtude do regime que decorre do artigo 14.º do mesmo diploma, transitam ao 1.º escalão da carreira, índice 167.

2 — Excepciona-se do disposto no número anterior os docentes que não cumpram o requisito de avaliação do desempenho previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, aos quais, para efeito de transição ao índice 167, se aplica o disposto no n.º 4 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente.”

ECD – Índice

CAPÍTULO I - Princípios gerais

Artigo 1.º - Âmbito de aplicação

Artigo 2.º - Pessoal docente

Artigo 3.º - Princípios fundamentais

CAPÍTULO II - Direitos e deveres

SECÇÃO I - Direitos

Artigo 4.º - Direitos profissionais

Artigo 5.º - Direito de participação no processo educativo

Artigo 6.º - Direito à formação e informação para o exercício da função educativa

Artigo 7.º - Direito ao apoio técnico, material e documental

Artigo 8.º - Direito à segurança na actividade profissional

Artigo 9.º - Direito à consideração e à colaboração da comunidade educativa

SECÇÃO II - Deveres

Artigo 10.º - Deveres gerais

Artigo 10.º-A - Deveres para com os alunos

Artigo 10.º-B - Deveres para com a escola e os outros docentes

Artigo 10.º-C - Deveres para com os pais e encarregados de educação

CAPÍTULO III - Formação

Artigo 11.º - Formação do pessoal docente

Artigo 12.º - Modalidades da formação

Artigo 13.º - Formação inicial

Artigo 14.º - Formação especializada

Artigo 15.º - Formação contínua

Artigo 16.º - Acções de formação contínua

CAPÍTULO IV - Recrutamento e selecção para lugar do quadro

Artigo 17.º - Princípios gerais

Artigo 18.º a 21.º (Revogados)

Artigo 22.º - Requisitos gerais e específicos

Artigo 23.º - Verificação de alteração dos requisitos físicos e psíquicos

Artigo 24.º - Regulamentação dos concursos

CAPÍTULO V - Quadros de pessoal docente

Artigo 25.º - Estrutura

Artigo 26.º - Quadros de agrupamento e quadros de escola não agrupada

Artigo 27.º - Quadros de zona pedagógica

Artigo 28.º - Ajustamento dos quadros

CAPÍTULO VI - Vinculação

Artigo 29.º - Vinculação

Artigo 30.º - Nomeação provisória

Artigo 31.º - Período probatório

Artigo 32.º - Nomeação definitiva

Artigo 33.º - Contrato administrativo

CAPÍTULO VII - Carreira docente

SUBCAPÍTULO I - Princípios gerais

Artigo 34.º - Natureza e estrutura da carreira docente

Artigo 35.º - Conteúdo funcional

Artigo 36.º - Ingresso

Artigo 37.º - Progressão

Artigo 38.º - Equiparação a serviço docente efectivo

SUBCAPÍTULO II - Condições de progressão e acesso na carreira

Artigo 39.º - Exercício de funções não docentes

Artigo 40.º - Caracterização e objectivos da avaliação do desempenho

Artigo 41.º - Relevância

Artigo 42.º - Âmbito e periodicidade

Artigo 43.º - Intervenientes no processo de avaliação do desempenho

Artigo 44.º (Revogado)

Artigo 45.º - Elementos de referência da avaliação

Artigo 45.º-A – Procedimento especial de avaliação

Artigo 46.º - Sistema de classificação

Artigo 47.º - Reclamação e recurso

Artigo 48.º - Efeitos da avaliação

Artigo 49.º - Garantias do processo de avaliação do desempenho

Artigo 50.º a 53.º (Revogados)

Artigo 54.º - Aquisição de outras habilitações

Artigo 55.º - (Revogado)

Artigo 56.º - Qualificação para o exercício de outras funções educativas

Artigo 57.º - Exercício de outras funções educativas

SUBCAPÍTULO III – Intercomunicabilidade

Artigo 58.º (Revogado)

CAPÍTULO VIII – Remunerações e outras prestações pecuniárias

Artigo 59.º - Índices remuneratório

Artigo 60.º (Revogado)

Artigo 61.º - Cálculo da remuneração horária

Artigo 62.º - Remuneração por trabalho extraordinário

Artigo 63.º - Prémio de desempenho

CAPÍTULO IX – Mobilidade

SUBCAPÍTULO I – Princípios gerais

Artigo 64.º - Formas de mobilidade

Artigo 64.º-A – (Revogado)

Artigo 65.º - Concurso

Artigo 66.º - Permuta

Artigo 67.º - Requisição

Artigo 68.º - Destacamento

Artigo 69.º - Duração da requisição e do destacamento

Artigo 70.º - Comissão de serviço

Artigo 71.º - Autorização

Artigo 72.º - Transição entre níveis de ensino e grupos de recrutamento

SUBCAPÍTULO II - Exercício de funções docentes por outros funcionários

Artigo 73.º - Exercício a tempo inteiro de funções docentes

Artigo 74.º - Acumulação de funções

CAPÍTULO X - Condições de trabalho

SUBCAPÍTULO I - Princípios gerais

Artigo 75.º - Regime geral

SUBCAPÍTULO II - Duração de trabalho

Artigo 76.º - Duração semanal

Artigo 77.º - Componente lectiva

Artigo 78.º - Organização da componente lectiva

Artigo 79.º - Redução da componente lectiva

Artigo 80.º - Exercício de outras funções pedagógicas

Artigo 81.º (Revogado)

Artigo 82.º - Componente não lectiva

Artigo 83.º - Serviço docente extraordinário

Artigo 84.º - Serviço docente nocturno

Artigo 85.º - Tempo parcial

SUBCAPÍTULO III - Férias, faltas e licenças

Artigo 86.º - Regime geral

SECÇÃO I - Férias

Artigo 87.º - Direito a férias

Artigo 88.º - Período de férias

Artigo 89.º - Acumulação de férias

Artigo 90.º - Interrupção do gozo de férias

SECÇÃO II - Interrupção da actividade lectiva

Artigo 91.º - Interrupção da actividade

Artigo 92.º e 93.º (Revogados)

SECÇÃO III - Faltas

Artigo 94.º - Conceito de falta

Artigo 95.º a 98.º (Revogados)

Artigo 99.º - Regresso ao serviço no decurso do ano escolar

Artigo 100.º - Junta médica

Artigo 101.º - Condição de trabalhador-estudante

Artigo 102.º - Faltas por conta do período de férias

Artigo 103.º - Prestação efectiva de serviço

Artigo 104.º (Revogado)

SECÇÃO IV - Licenças

Artigo 105.º - Licença sem vencimento até 90 dias

Artigo 106.º - Licença sem vencimento por um ano

Artigo 107.º - Licença sem vencimento de longa duração

Artigo 108.º - Licença sabática

SECÇÃO V - Dispensas

Artigo 109.º - Dispensas para formação

SECÇÃO VI - Equiparação a bolseiro

Artigo 110.º - Equiparação a bolseiro

SECÇÃO VII - Acumulação

Artigo 111.º - Acumulações

CAPÍTULO XI - Regime disciplinar

Artigo 112.º - Princípio geral

Artigo 113.º - Responsabilidade disciplinar

Artigo 114.º - Infracção disciplinar

Artigo 115.º - Processo disciplinar

Artigo 116.º - Aplicação das penas

Artigo 117.º - Aplicação de penas aos contratados

CAPÍTULO XII - Limite de idade e aposentação

Artigo 118.º (Revogado)

Artigo 119.º - Aposentação

Artigo 120.º e 121.º (Revogados)

CAPÍTULO XIII - Disposições transitórias e finais

SUBCAPÍTULO I - Disposições transitórias

Artigo 122.º a 128.º (Revogados)

SUBCAPÍTULO II - Disposições finais

Artigo 129.º - Educadores de infância e professores do ensino primário

Artigo 130.º e 131.º (Revogados)

Artigo 132.º - Contagem do tempo de serviço

Artigo 133.º - Docentes dos ensinos particular e cooperativo

Artigo 134.º - Conselho científico para avaliação de professores

Artigo 135.º - Direito subsidiário

ANEXO – Tabela a que se referem o n.º 4 do artigo 34.º e o n.º 1 do artigo 59.º do Estatuto

Índice alfabético de assuntos

Acumulação de funções: n.º 6 do art. 31º, art. 74º e art. 111º

Âmbito de aplicação: art. 1º

Aposentação: n.º 2 do art. 45º-A, n.º 2 do art. 106º e art. 119º

Aquisição de outras habilitações: art. 54º, n.º 2 do art. 56º, n.º 1 do art. 101º e n.º 2 do art. 110º

Avaliação do desempenho: al. g) do n.º 2 do art. 10º, al. g) do art. 10º-B, n.ºs 4, 5 [al. c) e e)], 8 e 12 a 16 do art. 31º, n.º 1 do art. 32º, n.ºs 4 a 7 do art. 35º, n.º 3 do art. 36º, al. b) do n.º 2 e n.º 4 do art. 37º, n.ºs 1 e 2 do art. 39º, art. 40º a 49º, n.º 2 do art. 57º, n.º 1 do art. 63º, n.º 1 do art. 108º, al. b) do n.º 2 do art. 111º

– **Âmbito e periodicidade:** art. 42º

– **Dimensões:** n.º 2 do art. 42º

– **Efeitos:** art. 48º

– **Elementos de referência:** art. 45º

– **Intervenientes:** art. 43º

– **Objetivos:** n.ºs 2 e 3 do art. 40º

– **Procedimento especial de avaliação:** art. 45º-A

– **Reclamação e recurso:** art. 47º

– **Relevância:** art. 41º

– **Sistema de classificação:** art. 46º

Carreira docente: art. 34º a 58º

Comissão de serviço: art. 39º, al. d) do n.º 1 do art. 64º e art. 70º e 71º

Componente letiva: n.º 2 do art. 76º, art. 77º a 79º e n.º 2 do art. 84º

Componente não letiva: n.ºs 2 e 3 do art. 76º, 6 e 7 do art. 79º e art. 82º

Componente não letiva a nível de estabelecimento: n.º 7 do art. 31º, n.ºs 6 e 7 do art. 79º e n.ºs 1 e 3 a 7 do art. 82º

Componente não letiva a nível individual: n.º 3 do art. 76º, n.ºs 1 e 2 do art. 82º e n.º 2 do art. 91º

Concursos: art. 17º a 24º, n.º 1 do art. 36º, al. e) do n.º 1, al. d) do n.º 4 e n.ºs 6 e 7 do art. 48º, al. a) do n.º 1 do art. 64º, art. 65º e 72º e n.ºs 5 e 6 do artigo 107º

Conselho científico para avaliação de professores: art. 134º

Contagem do tempo de serviço: n.º 16 do art. 31º, n.º 3 do art. 36º, art. 38º, n.ºs 1 e 2 do art. 39º, n.º 2 do art. 41º, al. a) a c) do n.º 1, al. a) do n.º 2, n.º 3 e al. a) do n.º 4 do art. 48º, n.º 4 do art. 72º, n.º 2 do art. 110º e art. 132º

Conteúdo Funcional: art. 35º

Contratação: n.ºs 3 e 4 do art. 29º, art. 33º, n.º 6 do art. 42º, n.º 6 do art. 48º, n.ºs 2 e 3 do art. 87º, n.º 3 do art. 111º e art. 117º

Coordenação e supervisão pedagógica: n.ºs 4 a 7 do art. 35º, art. 80º, al. i) do n.º 3 do art. 82º

Destacamento: art. 39º, al. d) do n.º 1 do art. 64º e art. 68º, 69º e 71º

Deveres: art. 10º a 10º-C

Direitos Profissionais: art. 4º a 9º

Dispensas para formação: al. f) do art. 103º e art. 109º

Docentes do ensino particular e cooperativo: art. 133º

Doenças profissionais: al. b) do n.º 1 do art. 8º

Doutoramentos: (ver **Aquisição de outras habilitações**)

Duração de trabalho: art. 75º a 85º e n.º 3 do art. 101º

Ensino Português no Estrangeiro: n.º 3 do art. 1º

Equiparação a bolsheiro: alínea e) do art. 103º, art. 110º e al. c) do n.º 2 do art. 111º

Equiparação a serviço docente efetivo: n.ºs 9 e 10 do art. 31º e art. 38º

Especialização funcional: al. b) do n.º 4 do art. 31º e n.º 6 do art. 35º

Estrutura da carreira docente: art. 34º e anexo

Faltas: art. 94º a 103º

- **conceito:** art. 94º

- **a reuniões:** al. b) do n.º 6 e n.º 7 do art. 94º

- **a reuniões de avaliação sumativa:** al. b) do n.º 6 e n.º 9 do art. 94º

- **a serviço de exames:** al. a) do n.º 6 e n.º 9 do art. 94º

- **equiparadas a prestação efetiva de serviço:** art. 103º

- **por conta do período de férias:** art. 102º

- **por tempos:** n.ºs 2, 3, 5, 7 e 8 do art. 94º e n.º 4 do art. 102º

Férias: art. 87º a 90º

Férias, faltas e licenças: art. 76º e 86º a 111º

Formação: al. e) do n.º 2 do art. 10º e art. 11º a 16º

- **Contínua:** al. a) do n.º 1 do art. 6º, al. e) do n.º 2 do art. 10º, art. 15º e 16º, n.º 7 do art. 31º, al. n) do n.º 3 do art. 35º, al. c) do n.º 2 do art. 37º, al. d) do n.º 3 do art. 82º, n.º 2 do art. 91º, al. f) do art. 103º, n.º 2 do art. 108º e art. 109º

- **Especializada:** art. 14º, al. a) do n.º 4 do art. 31º, al. n) do n.º 3 e n.ºs 4 a 7 do art. 35º, al. c) do n.º 2 do art. 37º, art. 56º e 57º e n.º 2 do art. 108º

- **Formação inicial:** art. 13º

Funções educativas especializadas: art. 56º e 57º

Funções técnico-pedagógicas: art. 39º

Habilitação profissional: art. 2º, art. 13º e al. b) do n.º 1 do art. 22º

Horário de trabalho: (ver **Duração de trabalho**)

Ingresso: art. 30º e 36º e n.º 1 do art. 133º

Interrupção da atividade letiva: art. 91º e n.º 3 do art. 109º

Junta médica: n.º 2 do art. 99º e art. 100º

Licenças: art. 105º a 108º

Sabática: al. e) do art. 103º, art. 108º, n.º 3 do art. 110º e al. c) do n.º 2 do art. 111º

Sem vencimento até 90 dias: art. 105º

Sem vencimento de longa duração: al. c) do n.º 4 e n.º 6 do art. 69º, art. 99º e art. 107º

Sem vencimento por um ano: art. 106º

Mestrados: (ver **Aquisição de outras habilitações**)

Mobilidade: art. 64º a 74º

Mobilidade por iniciativa da Administração: n.º 3 do art. 64º

Nomeação: n.ºs 1 e 2 do art. 29º

Definitiva: n.º 12 do art. 31º e art. 32º

Provisória: art. 30º e 31º

Período probatório: art. 31º, n.º 5 e al. a) do n.º 10 do art. 42º, al. b) do n.º 2 e c) do n.º 4 do art. 48º, al. h) do n.º 3 do art. 82º, n.º 2 do art. 102º, al. a) do n.º 2 do art. 111º e n.º 2 do art. 133º

Permuta: al. b) do n.º 1 do art. 64º e art. 66º

Ponderação curricular: n.º 9 do art. 40º

Prémio de desempenho: al. d) do n.º 1 do art. 48º e art. 63º

Progressão: n.º 16 do art. 31º, n.º 3 do art. 36º, art. 37º a 39º, n.ºs 6 a 8 do art. 40º, al. a) a c) do n.º 1, al. a) do n.º 2, n.º 3 e al. a) do n.º 4 do art. 48º, n.ºs 1 e 2 do art. 54º, n.º 2 do art. 110º e n.º 3 do art. 132º

Prova de avaliação de conhecimentos e capacidades: art. 2º, al. f) do n.º 1 e n.ºs 7 a 10 do art. 22º

Quadros de pessoal docente: art. 25º a 28º

- de Agrupamento e de escola não agrupada: art. 26º
- de Zona Pedagógica: art. 27º

Redução da componente letiva: art. 79º, 80º e n.º 7 do art. 83º

Regime de tempo parcial: art. 85º

Regime disciplinar: art. 112º a 117º

Remuneração: n.º 4 do art. 34º, n.º 8 do art. 37º, art. 59º a 63º e anexo

- Horária: art. 61º e n.º 6 do art. 83º
- por trabalho extraordinário: art. 62º e n.º 6 do art. 83º

Requisição: art. 39º, al. c) do n.º 1 do art. 64º e art. 67º, 69º e 71º

Serviço docente extraordinário: n.º 1 do art. 62º, art. 83º e n.º 2 do art. 101º

Serviço docente noturno: n.º 2 do art. 62º e art. 84º

Substituição de docente em falta: al. e) do n.º 3 e n.ºs 5 a 7 do art. 82º e n.º 3 do art. 86º

Trabalhador-estudante: n.º 7 do art. 83º, artigo 101º e al. d) do art. 103º

Transição entre níveis de ensino e grupos de recrutamento: art. 72º

Vencimentos: (ver Remuneração)

Vinculação: art. 29º a 33º

Origem da atual redação do ECD

Epígrafe do Capítulo I	DL n.º 139-A/90
Artigo 1º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 2º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 146/2013
Artigo 3º	DL n.º 139-A/90
Epígrafe do Capítulo II	DL n.º 139-A/90
Epígrafe da SECÇÃO I	DL n.º 15/2007
Artigo 4º	
n.º 1, n.º 2 e, neste último, alíneas a) a d)	DL n.º 139-A/90
Alíneas e) e f) do n.º 2	DL n.º 15/2007
Alínea g) do n.º 2	DL n.º 75/2010
Artigo 5º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 6º	DL n.º 1/98
Artigo 7º	DL n.º 139-A/90
Artigo 8º, excepto alínea a) do n.º 1	DL n.º 1/98
Alínea a) do n.º 1	DL n.º 15/2007
Artigo 9º	DL n.º 15/2007
Epígrafe da SECÇÃO II	DL n.º 15/2007
Artigos 10º a 10º-C	DL n.º 15/2007
Epígrafe do Capítulo III	DL n.º 139-A/90
Artigo 11º	
Epígrafe e n.º 2	DL n.º 139-A/90
n.º 1	DL n.º 15/2007
Artigo 12º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 13º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
n.º 1, n.º 2 e suas alíneas b) e d)	DL n.º 15/2007
Alíneas a) e c) do n.º 2	DL n.º 75/2010
Artigo 14º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 15º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 16º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 270/2009
Epígrafe do Capítulo IV	DL n.º 15/2007
Artigo 17º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
n.º 1	DL n.º 75/2010
n.º 2	DL n.º 15/2007
Artigos 18º a 21º	Revogados pelo DL n.º 15/2007
Artigo 22º	
Epígrafe, alíneas a), c), d) e e) do n.º 1 e n.ºs 2 e 4	DL n.º 139-A/90
n.º 1 e sua alínea b), n.º 3, n.º 5 e n.º 6	DL n.º 15/2007
Alínea f) do n.º 1	DL n.º 146/2013
n.º 7	DL n.º 270/2009
n.ºs 8 e 9	DL n.º 146/2013

Artigo 23º	DL n.º 15/2007
Artigo 24º	
Epígrafe	DL n.º 15/2007
Corpo	DL n.º 75/2010
Epígrafe do Capítulo V	DL n.º 15/2007
Artigos 25º e 26º	DL n.º 15/2007
Artigo 27º	
Epígrafe e n.º 2	DL n.º 139-A/90
n.ºs 1 e 3	DL n.º 15/2007
Artigo 28º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Epígrafe do Capítulo VI	DL n.º 139-A/90
Artigo 29º	
Epígrafe e n.ºs 1 e 2	DL n.º 139-A/90
n.ºs 3 e 4	DL n.º 35/2007
Artigo 30º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 31º	
Epígrafe, n.º 1, alíneas a), b), c) e e) do n.º 5 e n.ºs 6, 7, 9, 10, 12 e 14	DL n.º 15/2007
n.º 3	DL n.º 270/2009
n.ºs 2, 4, 5, incluindo a sua alínea d), 8, 11, 15 e 16	DL n.º 75/2010
n.º 13	DL n.º 41/2012
Artigo 32º	DL n.º 15/2007
Artigo 33º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 35/2007
Epígrafe do Capítulo VII	DL n.º 139-A/90
Epígrafe do Subcapítulo I	DL n.º 139-A/90
Artigo 34º	
Epígrafe e n.ºs 1 e 4	DL n.º 15/2007
n.º 2 e revogação do n.º 3	DL n.º 75/2010
Artigo 35º	
Epígrafe e n.ºs 1 a 3, excepto alínea o) deste último	DL n.º 15/2007
Alínea o) do n.º 3 e n.ºs 4 a 7	DL n.º 75/2010
Artigo 36º	
Epígrafe	DL n.º 15/2007
Corpo	DL n.º 75/2010
Artigo 37º	
Epígrafe e n.º 9	DL n.º 15/2007
n.ºs 1, 2 - corpo e alínea a) - 3, 5, 7 e 8 e revogação do n.º 6	DL n.º 75/2010
n.º 2 – alíneas b) e c) – e n.º 4	DL n.º 41/2012
Artigo 38º	DL n.º 75/2010
Epígrafe do Subcapítulo II	DL n.º 15/2007
Artigo 39º	DL n.º 15/2007
Artigo 40º	
Epígrafe, n.ºs 1, 3 – suas alíneas a), d) e f) – e 4, e alíneas do n.º 6	DL n.º 15/2007
n.º 2, alíneas b), c), e), g), h) e i) do n.º 3, corpo do n.º 9 e revogação do n.º 5	DL n.º 75/2010
n.ºs 6 e 7, revogação do n.º 8 e alíneas do n.º 9	DL n.º 41/2012
Artigo 41º	
Epígrafe, corpo do n.º 1 e suas alíneas b) a d)	DL n.º 15/2007
alínea a) do n.º 1	DL n.º 75/2010
n.º 2	DL n.º 41/2012
Artigo 42º	
Epígrafe e n.º 1	DL n.º 15/2007
n.ºs 2 – corpo, alíneas a) e d) e revogação da b) – 3, 4, 6, 8, 9 e 10	DL n.º 41/2012
Alíneas c) do n.º 2, n.º 5 e revogação do n.º 7	DL n.º 75/2010
Artigo 43º	

Epígrafe e corpo do n.º 1	DL n.º 15/2007
Alíneas do n.º 1, n.º 5 e revogação dos n.ºs 2 a 4 e 7	DL n.º 41/2012
Revogação do n.º 6	DL n.º 75/2010
Artigo 44º	Revogado pelo DL n.º 15/2007
Artigo 45º	
Epígrafe, n.ºs 1 e 2 e revogação dos n.ºs 3 e 4 n.º 5	DL n.º 41/2012 DL n.º 75/2010 DL n.º 41/2012
Artigo 45º- A	
Artigo 46º	
Epígrafe n.ºs 2 a 4, 9 e 10 Revogação dos n.ºs 1 e 5 a 8	DL n.º 15/2007 DL n.º 41/2012 DL n.º 75/2010
Artigo 47º	
Epígrafe Corpo (n.ºs 1,2 e 3)	DL n.º 15/2007 DL n.º 41/2012
Artigo 48º	
Epígrafe, corpo do n.º 4 e suas alíneas c) e d) n.ºs 1 – excepto alínea d) – 3 e 5 a 7, bem como alíneas a) e b) do n.º 2 e a) e b) do n.º 4	DL n.º 15/2007 DL n.º 41/2012
Alínea d) do n.º 1 Corpo do n.º 2	DL n.º 75/2010 DL n.º 270/2009
Artigo 49º	DL n.º 15/2007
Artigos 50º a 53º	Revogados pelo DL n.º 15/2007
Artigo 54º	
Epígrafe n.ºs 1, 2 e 4 n.º 3	DL n.º 15/2007 DL n.º 75/2010 DL n.º 139-A/90
Artigo 55º	Revogado pelo DL n.º 15/2007
Artigo 56º	
Epígrafe, alíneas do n.º 1 e n.ºs 2 e 4 n.º 1 e n.º 3	DL n.º 105/97 DL n.º 15/2007
Artigo 57º	
Epígrafe n.º 1 n.º 2 e revogação dos n.ºs 3 e 4	DL n.º 139-A/90 DL n.º 105/97 DL n.º 15/2007
Epígrafe do Subcapítulo III	DL n.º 139-A/90
Artigo 58º	Revogado pelo DL n.º 15/2007
Epígrafe do Capítulo VIII	DL n.º 15/2007
Artigo 59º	DL n.º 15/2007
Artigo 60º	Revogado pelo DL n.º 15/2007
Artigos 61º e 62º	DL n.º 15/2007
Artigo 63º	
Epígrafe e n.ºs 2 e 3 n.ºs 1 e 4	DL n.º 15/2007 DL n.º 270/2009
Epígrafe do Capítulo IX	DL n.º 139-A/90
Epígrafe do Subcapítulo I	DL n.º 139-A/90
Artigo 64º	
Epígrafe e n.º 1 n.ºs 2 n.º 3 n.ºs 4 e 5	DL n.º 139-A/90 DL n.º 15/2007 Lei n.º 80/2013 Revogados pela Lei n.º 80/2013
Artigo 64º-A	Revogado pela Lei n.º 12/2016
Artigo 65º	
Epígrafe Corpo	DL n.º 139-A/90 DL n.º 15/2007
Artigo 66º	
Epígrafe e n.º 2 n.º 1	DL n.º 139-A/90 DL n.º 15/2007
Artigo 67º	

Epígrafe e n.ºs 1, 2, incluindo as suas alíneas a) a e), e 4	DL n.º 139-A/90
Alínea f) do n.º 2 e n.º 3	DL n.º 1/98
Alíneas g) e h) do n.º 2	DL n.º 15/2007
Artigo 68º, excepto sua alínea c)	DL n.º 139-A/90
Alínea c) e revogação da alínea e)	DL n.º 15/2007
Artigo 69º	
Epígrafe e n.º 3	DL n.º 139-A/90
n.º 1, alíneas do n.º 4 e n.ºs 5 e 6	DL n.º 15/2007
n.ºs 2 e 4, excepto as alíneas deste último	DL n.º 270/2009
Artigo 70º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 71º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
n.ºs 1 e 3 a 5	DL n.º 15/2007
n.º 2	DL n.º 1/98
Artigo 72º	DL n.º 15/2007
Epígrafe do Subcapítulo II	DL n.º 139-A/90
Artigo 73º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 74º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Epígrafe do Capítulo X	DL n.º 139-A/90
Epígrafe do Subcapítulo I	DL n.º 139-A/90
Artigo 75º	DL n.º 139-A/90
Epígrafe do Subcapítulo II	DL n.º 139-A/90
Artigo 76º	
Epígrafe e n.ºs 1 e 2	DL n.º 139-A/90
n.º 3	DL n.º 15/2007
Artigo 77º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 78º	
Epígrafe e n.º 1	DL n.º 139-A/90
n.ºs 2 e 3	DL n.º 15/2007
Artigo 79º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 80º	DL n.º 15/2007
Artigo 81º	Revogado pelo DL n.º 224/2006
Artigo 82º	
Epígrafe, n.os 1 e 2 e alíneas a) a c) do n.º 3	DL n.º 139-A/90
n.º 3, incluindo as suas alíneas d) a n), e 4 a 7	DL n.º 15/2007
Artigo 83º	
Epígrafe e n.ºs 3 e 4	DL n.º 139-A/90
n.ºs 1 e 7 e revogação dos n.ºs 2 e 5	DL n.º 15/2007
n.º 6	DL n.º 1/98
Artigo 84º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 85º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Epígrafe do Subcapítulo III	DL n.º 139-A/90
Artigo 86º, excepto alíneas do n.º 2	DL n.º 139-A/90
Alíneas do n.º 2	DL n.º 15/2007
Epígrafe da Secção I	DL n.º 139-A/90

Artigo 87º	
Epígrafe e n.º 3	DL n.º 139-A/90
n.º 1	DL n.º 1/98
n.º 2	DL n.º 15/2007
Artigos 88º a 90º	DL n.º 139-A/90
Epígrafe da Secção II	DL n.º 15/2007
Artigo 91º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigos 92º e 93º	Revogados pelo DL n.º 15/2007
Epígrafe da Secção III	DL n.º 139-A/90
Artigo 94º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
n.ºs 1, 2 e 5 a 10	DL n.º 15/2007
n.º 3 e revogação do n.º 4	DL n.º 75/2010
Artigos 95º a 98º	Revogados pelo DL n.º 15/2007
Artigo 99º	DL n.º 1/98
Artigo 100º	
Epígrafe e n.º 1	DL n.º 139-A/90
n.º 2	DL n.º 41/2012
Artigo 101º	DL n.º 15/2007
Artigo 102º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
n.º 1	DL n.º 75/2010
n.ºs 2 a 4	DL n.º 15/2007
Artigo 103º	DL n.º 15/2007
Artigo 104º	Revogado pelo DL n.º 229/2005
Epígrafe da Secção IV	DL n.º 139-A/90
Artigos 105º e 106º	DL n.º 139-A/90
Artigo 107º	
Epígrafe e n.ºs 2 e 3	DL n.º 139-A/90
n.ºs 1 e 4 a 6	DL n.º 1/98
Artigo 108º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Epígrafe da Secção V	DL n.º 139-A/90
Artigo 109º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Epígrafe da Secção VI	DL n.º 139-A/90
Artigo 110º	DL n.º 15/2007
Epígrafe da Secção VII	DL n.º 139-A/90
Artigo 111º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo, excepto alínea b) do n.º 2	DL n.º 15/2007
Alínea b) do n.º 2	DL n.º 270/2009
Epígrafe do Capítulo XI	DL n.º 139-A/90
Artigos 112º a 114º	DL n.º 139-A/90
Artigo 115º	
Epígrafe e n.ºs 1, 2, 7 e 8	DL n.º 139-A/90
n.ºs 3 a 6	DL n.º 15/2007
Artigos 116º e 117º	DL n.º 139-A/90
Epígrafe do Capítulo XII	DL n.º 139-A/90
Artigo 118º	Revogado pelo DL n.º 229/2005
Artigo 119º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
Corpo	DL n.º 15/2007
Artigo 120º	Revogado pelo DL n.º 229/2005
Artigo 121º	Revogado pelo DL n.º 121/2005

Epígrafes do Capítulo XIII	DL n.º 139-A/90
Epígrafe do Subcapítulo I	DL n.º 139-A/90
Artigo 122º	Revogado pelo DL n.º 15/2007
Artigo 123º	Revogado pelo DL n.º 35/2007
Artigos 124º a 126º	Revogados pelo DL n.º 15/2007
Artigo 127º	Revogado pelo DL n.º 229/2005
Artigo 128º	Revogado pelo DL n.º 15/2007
Epígrafe do Subcapítulo II	DL n.º 139-A/90
Artigo 129º	DL n.º 139-A/90
Artigos 130º e 131º	Revogados pelo DL n.º 15/2007
Artigo 132º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
n.ºs 1 e 4 e revogação do n.º 2	DL n.º 15/2007
n.º 3	DL n.º 75/2010
Artigo 133º	
Epígrafe	DL n.º 139-A/90
n.º 1	DL n.º 75/2010
n.º 2	DL n.º 15/2007
Artigos 134º e 135º	DL n.º 15/2007
ANEXO	DL n.º 75/2010

Súmula da principal Regulamentação do ECD

- **Art.º 8º, n.º 1, alínea b)** – (Por publicar a Portaria que define as doenças profissionais)
- **Art.º 13º** – Decreto-lei n.º 79/2014, de 14 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27 de junho, e alterado pelos Decretos-lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro e n.º 16/2018, de 7 de março: estabelece o regime jurídico da habilitação profissional para a docência
- **Art. 15º** - Decreto-lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro: estabelece o regime jurídico da formação contínua dos professores
- **Art.º 24º** – Decreto-lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 146/2013, de 22 de Outubro, pela Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e pelo Decreto-lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio: regula os concursos
- **Art.º 27º, n.º 3** – Portaria n.º 156-B/2013, de 19 de abril: fixa o âmbito geográfico dos QZP
- **Art.º 29º, n.º 4** – Decreto-lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado pelos Decretos-lei n.ºs 146/2013, de 22 de outubro, 83-A/2014, de 23 de maio, 9/2016, de 7 de março, e 28/2017, de 15 de março, e pelas Leis n.ºs 80/2013, de 28 de novembro e 12/2016, de 28 de abril: prevê, nos seus artigos 38º a 41º, as condições de contratação de pessoal docente para o exercício temporário de funções docentes ou de formação em áreas técnicas específicas.
- **Art.º 31º, n.º 8** – Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 23 de junho: regula a avaliação do desempenho dos docentes em período probatório (vide também Despacho n.º 9488/2015, de 20 de agosto, que fixa o funcionamento do período probatório e condições para a sua dispensa)
- **Art.º 35º, n.º 6** – (Por publicar a Portaria que define os termos em que os docentes dos dois últimos escalões da carreira se podem candidatar a uma especialização funcional para o exercício exclusivo ou predominante das funções de supervisão pedagógica, gestão da formação, desenvolvimento curricular, avaliação do desempenho e administração escolar)
- **Art.º 36º, n.º 3** – Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio: define os termos em que são reposicionados na carreira os docentes após o seu ingresso na mesma
- **Art.º 37.º, n.º 7** – Portaria 29/2018, de 23 de janeiro: define os termos em que se processa a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente
- **Art.º 39º, n.º 4** – Portaria n.º 343/2008, de 30 de abril: fixa as funções ou cargos de natureza técnico-pedagógica
- **Art.º 40º, n.º 4** –Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 23 de junho: estabelece o sistema de avaliação do desempenho dos professores
- **Art.º 40º, n.º 9** – Despacho Normativo n.º 19/2012, de 17 de agosto: define os termos da avaliação do desempenho por ponderação curricular
- **Art.º 45º, n.º 2** – Despacho n.º 13981/2012, de 26 de outubro: fixa os parâmetros nacionais a considerar na componente externa da avaliação do desempenho
- **Art.º 45º-A, n.º 1** – Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 23 de junho: estabelece, no seu art. 27º, um regime especial de avaliação do desempenho dos docentes posicionados em certos escalões da carreira

- **Art.º 46º, n.ºs 4 e 9** – Despacho n.º 12566/2012, de 26 de setembro: estabelece os universos aos quais são aplicáveis os percentis mínimos para a obtenção das classificações de Muito Bom e Excelente (quotas da avaliação), prevendo as condições em que pode haver lugar ao alargamento daqueles percentis, em função do resultado do processo de avaliação externa a que a escola seja submetida
- **Art.º 54º, n.º 4** – Portaria n.º 344/2008, de 30 de abril: define as características dos mestrados e doutoramentos que relevam para efeitos de bonificação na carreira
- **Art.º 56º, n.º 4** – Despacho n.º 809/97, de 22 de maio, alterado pelos Despachos n.ºs 12916/98, de 27 de julho, 9126/2001, de 2 de maio, e 256/2002, de 26 de novembro, este último retificado pela Retificação n.º 90/2003, de 17 de janeiro: define os cursos de formação especializada em diversas áreas
- **Art.º 66.º, n.º 2** – Portaria n.º 172/2017, de 30 de junho: fixa as condições em que pode ser autorizado o recurso à permuta
- **Art.º 72º, n.º 1** – Decreto-lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 176/2014, de 12 de dezembro, e 16/2018, de 7 de março: estabelece os diversos grupos de recrutamento
- **Art.º 80º, n.º 3** – Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho: determina as condições de redução da componente letiva pelo exercício de cargos de natureza pedagógica
- **Art.º 108º, n.º 1** – Portaria n.º 350/2008, de 5 de maio: fixa as condições de concessão de licença sabática
- **Art.º 109º, n.º 1** – Portaria 345/2008, de 30 de abril: fixa as condições de concessão de dispensa de serviço docente para efeitos de participação em atividades de formação
- **Art.º 110º, n.º 1** – Portaria n.º 841/2009, de 3 de agosto: fixa as especialidades em que pode ser concedida a equiparação a bolsheiro ao pessoal docente.
- **Art.º 111º, n.º 4** – Portaria n.º 814/2005, de 13 de setembro: fixa os termos e as condições em que é autorizada a acumulação de funções
- **Art.º 133º, n.º 1** – Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio: define os termos em que são reposicionados na carreira os docentes após o seu ingresso na mesma, incluindo os docentes oriundos do ensino particular e cooperativo
- **Art.º 133º, n.º 2** – (Por publicar a Portaria que define os termos e condições em que o período probatório realizado no ensino particular e cooperativo é válido para efeitos de provimento na carreira docente